



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**O SENTIDO DO ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS AFASTADAS DO CONVÍVIO  
FAMILIAR**

João Paulo de Sousa

UBERABA-MG  
2018

João Paulo de Sousa

**O sentido do acolhimento para crianças afastadas do convívio familiar**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia e Família

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Aparecida Serralha

UBERABA-MG  
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desta dissertação, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

S697s	Sousa, João Paulo de O sentido do acolhimento para crianças afastadas do convívio familiar / João Paulo de Sousa. -- 2018. 81 f. : il., graf., tab.
	Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018 Orientadora: Profa. Dra. Conceição Aparecida Serralha
	1. Psicanálise infantil. 2. Crianças - Assistência em instituições. 3. Crianças - Problemas emocionais. 4. Comportamento das crianças - Avaliação. I. Serralha, Conceição Aparecida. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.
	CDU 159.922.7

[FOLHA DE APROVAÇÃO]

JOÃO PAULO DE SOUSA

**O SENTIDO DO ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS AFASTADAS DO CONVÍVIO  
FAMILIAR**

Data da aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Membros Componentes da Banca Examinadora:**

---

**Presidente e Orientador:** Profa. Dra. Conceição Aparecida Serralha  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Maria José Ribeiro  
Universidade Federal de Uberlândia

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Martha Franco Diniz Hueb  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

**Local:** Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS)

*À Luiza,  
e ao nosso bebê, a quem aguardamos com  
tanto amor!*

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Conceição Serralha, pela disponibilidade, pelas atentas correções e pela generosidade ao dividir conhecimento. Agradeço pelas orientações na dissertação, sempre ditas com tanto respeito, e que, se estenderam, em forma de reflexões, por toda minha prática profissional. Obrigado pela oportunidade de aprender contigo!

À Luiza, minha esposa, pelo apoio incondicional, pela mais que agradável companhia nas inúmeras viagens à Uberaba. Pela sincera preocupação, tão relevante para que eu conseguisse concluir esse trabalho! Obrigado pela escuta, pelos conselhos e por acreditar em meu sucesso!

Aos meus pais, Maria dos Reis e Antônio, pela confiança, pelo incentivo, por serem, desde sempre, fonte de segurança e provisão.

Aos Professores da Pós-Graduação em Psicologia da UFTM, que, seguramente, se empenham para a manutenção da excelência e para o crescimento desse importante Programa.

Ao Prof. Dr. Fábio Scorsolini, pela supervisão em meu estágio em docência. Experiência essencial para o meu crescimento como profissional da Educação.

À Profa. Dra. Martha Hueb, pela contribuição em minha banca de qualificação e, pelo rico aprendizado, proporcionado em sala de aula.

À Profa. Dra. Maria José Ribeiro (UFU), por aceitar participar e contribuir, em minha banca de qualificação, com valiosas considerações para o desenvolvimento dessa dissertação.

Às crianças que participaram do estudo empírico, pelos abraços apertados, pelos sorrisos, pela contribuição, honesta e gratuita, pois sem a qual, o desenvolvimento desse projeto seria impossível.

À equipe técnica da instituição pesquisada, representada pelas queridas Renata Braga e Luciana Souza, profissionais de competência ímpar, que executam seus trabalhos de forma primorosa. Obrigado pela solicitude!

À Profa. Dra. Vanessa Alvarenga, Coordenadora da Graduação em Psicologia do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, pelo incentivo a ingressar em uma pós-graduação *stricto sensu*.

À Sandra Caixeta, que gentilmente cedeu o seu belíssimo kit de bonecos sexuados *Família Colchete*, que deram concretude às fantasias, durante as entrevistas lúdicas.

Aos colegas do mestrado, em especial à Laíse Caixeta, grande amiga, pelos momentos e experiências compartilhadas, à Isabela e à Carolina, sempre disponíveis, e à Juliana Oliveira, pela parceria no estágio em docência.

Aos meus amigos, com quem compartilhei desabafos, meu cansaço, meus projetos... agradeço a todos! Especialmente à Amanda Sieira, Hudson Marra, Priscilla Senna, Jaciara Ferreira, Tacyana Peres e Jorge Luiz, que, ao longo desse percurso, me ouviram pacientemente. Ao Augusto Bragança, pelas excelentes traduções. Às amigas Nathália Menegon, Patrícia Daura, Fatinha e Marina Abrão, pelas incontáveis caronas. Obrigado! Vocês são muito importantes!

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	<b>7</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>8</b>
<b>Apresentação da Dissertação</b> .....	<b>9</b>
<b>Estudo 1</b>	
Resumo.....	<b>12</b>
Introdução, justificativa e objetivo.....	<b>14</b>
Método.....	<b>17</b>
Resultados e discussão.....	<b>20</b>
Considerações Finais.....	<b>36</b>
Referências.....	<b>38</b>
<b>Estudo 2</b>	
Resumo.....	<b>41</b>
Introdução, justificativa e objetivo.....	<b>43</b>
Método.....	<b>47</b>
Resultados e discussão.....	<b>52</b>
Considerações Finais.....	<b>69</b>
Referências.....	<b>71</b>
<b>Considerações Finais da Dissertação</b> .....	<b>74</b>
<b>Referências da Dissertação</b> .....	<b>76</b>

## RESUMO

Sousa, J. P. (2018). *O sentido do acolhimento para crianças afastadas do convívio familiar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, MG.

O acolhimento institucional representa a contrapartida da sociedade e do Estado, na responsabilidade de proteção à criança e ao adolescente, quando a família se mostra insuficiente. O objetivo dessa dissertação foi compreender o sentido que a criança institucionalizada atribui à sua condição de acolhimento. Foram empreendidos dois estudos, em que o Estudo 1 consistiu em uma revisão integrativa, e o Estudo 2, uma pesquisa empírica, qualitativa, descritiva, de corte transversal. O Estudo 1 teve como objetivo conhecer o que a literatura tem abordado sobre o tema acolhimento de crianças, bem como sobre o sentido que a criança atribui a esse processo. Foram pesquisados artigos em português, inglês e espanhol, publicados entre 2012 e 2017, nas plataformas LILACS, PePSIC, PsycINFO e SciELO. Identificaram-se 175 estudos, dos quais 14 foram selecionados. Crianças em situação de acolhimento têm origens em famílias monoparentais, de baixas renda e escolaridade, desempregadas, com dificuldade de acesso a bens e serviços básicos e condições de habitação inadequadas. A negligência dos cuidadores foi o principal motivo para acolher e as crianças institucionalizadas por longos períodos, ou que se sentem inseguras e desamparadas, estão mais propensas aos transtornos depressivo e de apego reativo. Educadores foram fundamentais na preparação para a reinserção familiar, embora tenham se mostrado resistentes ao desligamento, por desacreditarem em perspectivas futuras positivas junto às famílias. A criança sente a instituição como aprisionadora, ao mesmo tempo em que se sente cuidada, evidenciando-se sentimentos ambivalentes. Concluiu-se que a heterogeneidade dos relatos dos acolhidos sugere a incompreensão do processo de acolhimento e demanda novas investigações que contem com a contribuição de crianças como participantes. O Estudo 2, objetivou compreender o sentido que a criança institucionalizada atribui à sua situação de acolhimento. Participaram cinco crianças acolhidas, sendo a coleta de dados realizada por meio de entrevista lúdica, entrevista semiestruturada e observação participante. Os dados foram organizados com base na análise de conteúdo temática e da enunciação, e discutidos na perspectiva da psicanálise winnicottiana. Constatou-se que as crianças desconhecem os reais motivos que as conduziram à situação de acolhimento, sobretudo quando menores. Embora as crianças maiores tenham associado o afastamento do lar à negligência, não conseguiram descrevê-la. Infere-se que há falhas na comunicação das razões para o acolhimento, e que, para realizá-la, os graus de desenvolvimento devem ser considerados. As crianças não relataram insatisfações relativas à instituição, mas todas manifestaram expectativas de reintegração familiar. Um participante considerou a possibilidade de reintegrar-se à família extensa e os demais expressaram a convicção de que retornariam ao convívio com a mãe. Isso enfatiza a importância do cuidado familiar e indica a complexidade de se tentar substituí-lo. Observou-se que as maneiras como as crianças participantes se relacionam entre si e com os adultos apresentam conflitos que se assemelham a conflitos familiares e que a instituição se esforçou para proporcionar um ambiente facilitador para o desenvolvimento de todas. Por fim, a construção destes dois estudos, relativamente autônomos, contudo complementares, permitiu concluir que há a necessidade de metodologias mais eficazes de comunicação entre instituições e acolhidos, que facilitem a compreensão e a elaboração de um sentido, pela criança acolhida.

**Palavras-chave:** Criança. Acolhimento institucional. Psicanálise. Winnicott.

## ABSTRACT

Sousa, J. P. (2018). *The meaning of host for children away family life*. Masters dissertation, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, MG.

The institutional reception represents the society and State's counterpart in the responsibility of child and teenager's protection, whenever the family shows insufficient. The object of this dissertation is to comprehend the institutionalized child's meaning of the hosting condition. Two studies were undertaken. The Study 1, an integrative revision, and the Study 2, an empiric qualitative and descriptive research of transversal cohort. The Study 1 had the objective of gather the literature about the theme institutional reception, as well as get to know the meaning the child attribute to this process. Articles were search in Portuguese, English and Spanish, published between 2012 and 2017, in the LILACS, PePSIC, PsycINFO and SciELO platforms. 175 studies have been identified, which 14 were identified. Children in hosting situation have their origin in single parent families, unemployed and from low rent and scholar, with difficulties of basic housing and service access. The caregivers neglect is the primary reason to hold them. Long period institutionalized, or insecure and helpless children tend to depressive disorders and reactive attachment. Educators are fundamental in preparation to familiar reinsertion, although they tend to be resistant to disconnection, in part because of discredit in future positive prospects from the origin families. The hosted children have the impression of an enclosure environment, in the same time they feel they have been taken care of, an evidence of ambivalent feelings. In conclusion, the diversity in host's reports suggests an incomprehension of reception process they have been submitted and set out new investigations in which the children may contribute as participants. The Study 2 has the objective of comprehension of the institutionalized child's meaning of holding situation. Five children were enrolled. The data collect were gathered by playful interviews, semi structured interviews and participant observation. The data were organized in base of theme and enunciation analysis and discussed in the focus of winnicottian psychoanalysis. The child doesn't know the real reasons to be in holding situation, specially the little ones. Older children assume that the home withdrawal is related to negligence, although they can't describe it. It is inferred that there are shortcomings in the communication of the reasons for the reception, and that in order to accomplish it, the stages of development are not considered. Although no records of child dissatisfaction were reported to the institution, all participants expressed expectations of family reintegration. One participant considered the possibility of rejoining the extended family. The others expressed the conviction that they would return to their mother. This emphasizes the importance of family care and indicates the complexity of trying to replace it. The ways in which participating children relate to each other and to adults presents conflicts that resemble family conflicts. It has been inferred that the institution has endeavored to provide a facilitating environment for development. Finally, the construction of these two studies, relatively autonomous, however complementary, allowed us to conclude that there is a need for more effective methodologies of communication between institutions and receptions, which facilitate the understanding and the elaboration of a meaning by the child.

**Keywords:** Child. Institutional Care. Psychoanalysis. Winnicott.

## APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado é decorrência de curiosidades do autor, em torno dos fenômenos da família e, especialmente, de conhecer como o saber psicanalítico pode ser instrumento de investigação destes. Ainda nos primeiros semestres da graduação em Psicologia, a forma como as relações se constituem no contexto familiar, o modo como os conflitos são estabelecidos e as alternativas para solucioná-los, já lhe chamavam a atenção. Em um movimento natural, durante o desenvolvimento acadêmico, de buscar pela especificidade de objetos de pesquisa, a vulnerabilidade social e suas repercussões nas famílias passaram a figurar como temas de interesse. Ao dar início à prática profissional, atuando como técnico nas políticas públicas no âmbito do desenvolvimento social, nas quais o desafio é justamente atenuar os efeitos dessa fragilidade, fortalecendo os núcleos familiares, esse desejo se reafirmou.

Ingressar em um programa de pós-graduação *stricto sensu* já fazia parte dos anseios do autor, desde que dera início à carreira de professor, a princípio, de nível técnico, posteriormente, de nível superior. Muito brevemente, o que era uma vontade, converteu-se em uma necessidade. A busca pela qualificação enquanto docente passou a ser sentida como uma questão de responsabilidade. Certamente, os interesses da experiência como discente foram despertados, quando a oportunidade de empreender novos projetos surgiu na forma de inscrição para o processo seletivo do mestrado. Um programa que à época oferecia – e continua oferecendo – uma linha de pesquisa intitulada *psicologia e família* coincidia plenamente com os assuntos de interesse cogitados para o crescimento profissional. O que era ideia germinou, ganhou corpo, e aqui se apresenta uma parte importante dessa formação, em forma de estudo científico.

Presente no centro da maior parte das políticas públicas, que visam elevar os índices de desenvolvimento humano no país, o núcleo familiar é compreendido como basal para o desenvolvimento daqueles que nele se criam. Entretanto, há uma vasta diversidade de variáveis,

de ordens econômica, social, afetiva e tantas outras, que podem comprometer a qualidade das relações inerentes a ele. A insuficiência da família como provedora de cuidado e proteção, autoriza o Estado a designar outros que o façam. Crianças e adolescentes em risco, ou que tiveram os seus direitos violados, devem receber atendimento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade. Um dos dispositivos que compõem esse serviço e que retrata o cenário dos fenômenos debatidos nessa dissertação, é o acolhimento institucional (Brasil, 1990; Brito, Rosa & Trindade, 2014; Patias, Siqueira & Dell’Aglia 2017).

A dissertação é composta por duas pesquisas. A primeira delas é uma revisão integrativa da literatura científica, que buscou identificar como e o quanto o tema acolhimento institucional de crianças tem sido investigado e, por meio da análise dessas publicações, conhecer o sentido que a criança institucionalizada atribui à sua própria condição de acolhimento. Tomar conhecimento dos resultados de pesquisas recentes sobre o assunto – no presente estudo considerou-se os seis últimos anos – e sistematizar essas informações, torna possível construir um panorama, que venha a servir para orientar as práticas profissionais e baseá-las em evidências científicas. Além disso, conhecer as limitações das pesquisas analisadas e as lacunas deixadas por elas, fomenta o desenvolvimento de novos trabalhos, que possam contribuir com a otimização do serviço.

Ainda na construção do anteprojeto dessa dissertação, trabalhava-se com a hipótese de que, pesquisas no âmbito do acolhimento institucional de crianças raramente contavam com crianças como participantes de pesquisas. Essa hipótese foi mais tarde confirmada com a conclusão da revisão integrativa que compõe o Estudo 1, como o caro leitor poderá conferir logo adiante. Com base nessa hipótese, decidiu-se, então, enfrentar o desafio de contribuir para o preenchimento desse hiato, com a condução de uma pesquisa que incluísse, como participantes, somente crianças em situação de acolhimento institucional. Essa pesquisa é apresentada, nessa dissertação, como o Estudo 2.

A coleta de dados para o Estudo 2 aconteceu em uma Casa-lar (Brasil, 2009a), de uma cidade interiorana do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma organização não governamental, gerida exclusivamente a partir de recursos levantados por uma entidade religiosa. Segundo informações da própria casa-lar, a instituição busca pela promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos, o respeito à diversidade de arranjos familiares, bem como aos costumes, às tradições e raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

A instituição acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, com algumas restrições, como consta nos resultados do estudo. Apenas crianças participaram do estudo, pois o objetivo foi conhecer o sentido que elas atribuem à condição de acolhimento. A coleta foi instrumentalizada por: observação participante (Oriente, 2004), entrevista lúdica (Werlang, 2009) e entrevista semiestruturada (Rosa Santos, Melo & Souza, 2010). As informações obtidas com a coleta foram tratadas e organizadas por meio das análises de conteúdo temática e da enunciação, conforme o proposto por Bardin (1977/2016). Em ambos os estudos, o referencial teórico psicanalítico winnicottiano serviu como aporte para as discussões e interpretações, pois se acredita que suas formulações favorecem condições ideais para que os objetivos aqui propostos fossem alcançados.

## ESTUDO 1

### **O impacto da institucionalização para a criança: uma revisão integrativa**

### **The impact of the institutionalization for the child: an integrative review**

#### **Resumo**

Trata-se de uma revisão integrativa com o objetivo de conhecer o que a literatura publicada nos últimos seis anos tem abordado sobre o tema acolhimento institucional de crianças, bem como sobre o sentido que a criança atribui a esse processo. Os estudos foram recuperados nas bases de dados LILACS, PePSIC, PsycINFO e SciELO, nos idiomas, português, inglês e espanhol, publicados no horizonte temporal compreendido entre 2012 e 2017. Foram identificados 175 estudos, dos quais 14 foram selecionados, para análise, conforme critérios de inclusão e exclusão. A maior parte das crianças em situação de acolhimento tem origens em famílias monoparentais, de baixas renda e escolaridade, desempregadas, com dificuldade de acesso a bens e serviços básicos e condições de habitação inadequadas. A negligência dos cuidadores primários foi identificada como principal motivo pelo qual se acolhe. Crianças institucionalizadas por longos períodos ou que se sentem inseguras e desamparadas, estão mais propensas aos transtornos depressivo e de apego reativo. Os estudos revelam que educadores são fundamentais na preparação para a reinserção familiar, embora tenham se mostrado resistentes ao desligamento, por desacreditarem em perspectivas futuras positivas junto às famílias de origem. A criança acolhida sente a instituição como ambiente aprisionador, ao mesmo tempo em que se sente cuidada, evidenciando-se sentimentos ambivalentes. Concluiu-se que a heterogeneidade dos relatos dos acolhidos sugere a incompreensão do processo de acolhimento ao qual foram submetidos e demanda novas investigações que contem com a contribuição de crianças como participantes.

**Palavras-chave:** Criança. Acolhimento institucional. Winnicott.

### **Abstract**

This article is an integrative review aiming to gather the published literature from the last six years about the proposed theme child's institutional reception, as well as the meaning they attribute to the process. The data used were retrieved from the following databases: LILACS, PePSIC, PsycINFO and SciELO, in Portuguese, English and Spanish, published between 2012 and 2017. One hundred seventy and five studies were identified, which 14 have been selected to analysis, based on inclusion and exclusion criteria. Most of the institutional children came from single parent, low rent and schooling and unemployed families, with difficulty in access of basic infrastructure and minimum conditions of housing. The primary caregiver's negligence has been identified as the main reason to host these children. Long period or insecure and helpless institutional children are tended to depressive disorders or reactive attachment. The collective data has shown that educators are fundamental in preparation to familiar reinsertion, although they tend to be resistant to disconnection, in part because of discredit in future positive prospects from the origin families. The hosted children have the impression of an enclosure environment, in the same time they feel they have been taken care of, an evidence of ambivalent feelings. In conclusion, the diversity in host's reports suggests an incomprehension of reception process they have been submitted and set out new investigations in which the children may contribute as participants.

**Keywords:** Child. Institutional care. Winnicott.

## Introdução

O acolhimento institucional é uma política pública de cuidado infantil e tem sido recorrentemente aplicada no Brasil, na tentativa de atenuar os efeitos dos mais variados tipos de violências e da vulnerabilidade social que acometem milhares de crianças. Somente no Estado de Minas Gerais, o número de acolhimentos de crianças em instituições chegou a 5.101 em 2010, conforme o estudo de Ferreira (2014). Proteger a criança em situação de risco, por meio desse tipo de intervenção, presume o afastamento, mesmo que temporário, dos vínculos familiares, que naquele momento, pareceram não estar oferecendo um ambiente adequado para o seu desenvolvimento saudável. Espera-se, portanto, que a instituição acolhedora consiga atender as necessidades infantis dantes não atendidas pela família.

Para Winnicott (1965/2011), a capacidade de desenvolver-se, orgânica e psicologicamente, é uma tendência inata, presente em todos os indivíduos. Assim como o desenvolvimento físico acontece por etapas, observáveis à medida em que o bebê cresce, o amadurecimento emocional também se dá por meio de um processo, que só se constitui, em condições ambientais suficientemente boas. “Se o ambiente não sofre reviravoltas, a criança tem a oportunidade de conservar um sentimento de continuidade do ser; [...] Existindo essa continuidade, o indivíduo adquire uma estabilidade que jamais poderia obter de outro modo” (p. 40). O contrário disso, a ausência de um ambiente bom o bastante, incide de forma determinante na constituição subjetiva da criança. Intensidades incômodas advindas da mãe, como por exemplo, estados de humor deprimido ou ansioso, tornam o ambiente inóspito, e comprometem a linha de continuidade de ser do bebê. É tarefa da mãe, apresentar o mundo ao filho, de forma dosada e contínua.

O que se considera nesse estudo, são circunstâncias em que a figura da mãe consanguínea, não se faz presente para exercer esse papel. As reflexões de Serralha (2017)

sobre a teoria do amadurecimento winnicottiana, contemplam a ideia de que, o ambiente que facilita o desenvolvimento do indivíduo é, a princípio, constituído pela mãe com o apoio do pai. Entretanto, ainda segundo a autora, “se as condições presentes na relação entre os pais biológicos, ou no próprio si mesmo dos pais biológicos, não permitirem a formação de um ambiente facilitador, tanto à época do seu nascimento como em momentos posteriores, outras pessoas terão que fazê-lo [...]” (p. 165). Desse modo, é possível reconhecer que uma instituição possa exercer a função materna, desde que consiga ofertar um ambiente facilitador para o desenvolvimento da criança nela acolhida.

O cuidado ofertado pela instituição deve ser amplo o suficiente, para abranger diversas necessidades inerentes a cada fase de desenvolvimento da criança acolhida, considerando evidentemente, as circunstâncias que desencadearam o processo de institucionalização (Guedes & Scarcelli, 2014). O ambiente pretendido pelas políticas de acolhimento, pode não coincidir com o praticado pela instituição, e não corresponder às necessidades da criança. A classificação de um ambiente institucional como bom ou ruim para o desenvolvimento daqueles nele acolhidos, deve passar por critérios que vão além de características estruturais, sobretudo quando observado a partir da ótica psicológica.

A complexidade inerente ao fenômeno acolhimento institucional e seus desdobramentos é abordada pela Lei nº 12.010, a Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009b), que versa sobre aprimoramentos na condução do procedimento de adoção. Por se tratar de assuntos praticamente indissociáveis, a lei também tratou de atualizações no processo de acolhimento. Anteriormente regulado apenas pelo ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o acolhimento institucional passou então por um aperfeiçoamento de sua sistemática. Entre as mudanças mais representativas estão: a determinação de um tempo máximo de permanência na instituição; a criação de um plano individual de atendimento e a alteração da nomenclatura, de abrigo para acolhimento institucional. Silva e Arpini (2013, p. 425-426)

consideram que “a mudança na nomenclatura e principalmente no tempo de institucionalização, tendo em vista a facilitação da reintegração familiar é muito importante”. Em novembro de 2017, a Presidência da República sancionou uma lei que altera outros aspectos relacionados ao âmbito da adoção e do acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

A Lei 13.509 (Brasil, 2017) além de promover alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no Código Civil, alterou também o ECA. Uma das mudanças significativas para o serviço de acolhimento, se refere, novamente, como discutido por Silva e Arpini (2013), ao prazo máximo de permanência da criança ou adolescente na instituição. Os dois anos, previstos na Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009b), foram reduzidos para no máximo 18 meses. Contudo, ser contemplado por um conjunto de normas legais não exime a criança de sofrimentos de ordem subjetiva, especialmente os de aspectos familiares.

Ao passo que a instituição acolhe, ela provoca, inevitavelmente, alterações importantes no ambiente e na rotina da criança, assim como, insere novos atores, com quem a criança passará a se relacionar. Esses eventos são potenciais produtores de ansiedade, pois obrigam à adaptação. Por outro lado, na extremidade oposta dessa relação, a instituição também deverá esforçar-se para se adaptar às necessidades de cada criança, de modo que o cuidado ofertado, seja personalizado. O estudo de Hueb (2016), aborda a importância da aplicação do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento previsto pela Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009b), que visa construir uma estratégia de atendimento correspondente a todas as idiossincrasias daquela criança e sua história. Para a autora, essa conduta, de individualização do atendimento, é a mais adequada, quando o principal objetivo considerado é a melhor provisão ambiental. Essa prática implica em sensibilidade suficiente, para atender aos pedidos manifestos e latentes, da criança em acolhimento.

Uma postura institucional que busque por singularizar o atendimento ofertado à criança, coincide com o ensinamento de Winnicott, sobre como compensar a carência da criança que

perdeu o convívio familiar. O autor enfatiza a importância de se conhecer, sempre que possível, o histórico da criança acolhida, e o que lhe ocorre após o desmonte de um bom ambiente. Para Winnicott (1965/2011, p. 197) “esse conhecimento envolve um estudo de todo o desenvolvimento emocional do indivíduo”. Isto é, para que a instituição proporcione à criança um ambiente suficientemente bom, no qual que ela mantenha ou retome o seu curso natural de desenvolvimento emocional, há a necessidade de interessar-se pelo indivíduo acolhido e sua história.

Partindo desse ponto de vista, questiona-se: a criança, a maior interessada nesse processo, tem participado como agente ativo na construção do conhecimento nesse campo? A criança tem sido ouvida e os fatores subjetivos relacionados ao processo de acolhimento têm sido externados e considerados em estudos científicos? Com base nesses questionamentos, o presente estudo pretendeu conhecer, por meio de uma revisão integrativa de artigos científicos, o que a literatura publicada nos últimos seis anos tem abordado sobre o tema acolhimento institucional de crianças, bem como sobre o sentido que a criança atribui a esse processo.

## **Método**

### **Tipo de estudo**

O estudo é uma revisão integrativa de literatura, recurso metodológico que tem como intuito reunir, de forma sistemática, um número significativo de estudos científicos relacionados a um tema específico e examiná-los, especialmente em termos de resultados obtidos. A síntese desses resultados exhibe um panorama do assunto de interesse, fornecendo suporte para novas pesquisas e para a prática baseada em evidências (Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rodrigues, Guedes, Fernandes & de Oliveira, 2016). A estrutura do presente estudo seguiu o proposto por Sousa, Silva e Carvalho (2010): (a) elaboração da pergunta

norteadora; (b) busca ou amostragem na literatura; (c) coleta de dados; (d) análise crítica dos estudos incluídos; (e) discussão dos resultados; (f) apresentação da revisão integrativa.

Construir adequadamente a pergunta norteadora da pesquisa, esclarece quais evidências devem ser buscadas para respondê-la. Neste estudo, para elaboração da questão norteadora, recorreu-se à estratégia PICO (Santos, Fuly, Santos, Souto, Reis & Castro, 2017), comumente aplicada em revisões integrativas. A sigla PICO, se refere às iniciais de: (P) paciente ou problema; (I) intervenção; (C) comparação ou controle e (O) *outcomes* ou desfechos. Neste estudo não houve comparação ou estabelecimento de grupo controle. Portanto, foi formulada a seguinte pergunta norteadora: o que a literatura publicada nos últimos seis anos (P) tem abordado sobre o tema acolhimento institucional de crianças (I), bem como sobre o sentido que a criança atribui a esse processo (O)?

### **Critérios de inclusão**

Foram adotados os seguintes critérios de elegibilidade: (1) artigos publicados dentro do horizonte temporal de 2012 a 2017, objetivando alcançar os textos mais recentes; (2) completos e disponíveis *on-line* em periódicos indexados; (3) com temática correspondente ao assunto abordado por esse estudo, acolhimento institucional de crianças, e que pudessem responder à questão norteadora; (4) nos idiomas português, inglês e espanhol; (5) passíveis de recuperação a partir da estratégia de buscas definida.

### **Critérios de exclusão**

Foram excluídos da pesquisa: artigos de revisão de literatura; estudos recuperados em duplicidade; textos fora do eixo temático proposto para responder à pergunta norteadora.

### **Bases indexadoras e estratégia de buscas**

Foram consultadas as bases de dados LILACS, PePSIC, PsycINFO e SciELO, cujas plataformas compreendem uma parte importante das produções em português, além de artigos em inglês e espanhol. Essas bases de dados foram escolhidas com o objetivo de ampliar o campo de pesquisa, pois hospedam um grande número de publicações latino-americanas, e diminuir os possíveis vieses nessa etapa. As buscas foram orientadas pelos seguintes descritores: criança; institucionalização; Winnicott; criança institucionalizada; abrigo; interpretação, e seus correspondentes em inglês, combinados a partir dos operadores *booleanos* “and” e “or”, conforme ilustra a Tabela 1.

**Tabela 1.**  
Estratégia de buscas

Descritores	Bases indexadoras			
	LILACS	PePSIC	PsycINFO	SciELO
criança <i>or</i> child <i>and</i> institucionalização <i>or</i> institutionalization	43 ref.	4 ref.	8 ref.	24 ref.
criança <i>or</i> child <i>and</i> institucionalização <i>or</i> institutionalization <i>and</i> Winnicott	-	-	1 ref.	-
criança institucionalizada <i>or</i> child, institutionalized <i>and</i> Winnicott	-	-	-	-
criança <i>or</i> child <i>and</i> abrigo <i>or</i> shelter <i>and</i> Winnicott	4 ref.	1 ref.	-	1 ref.
criança <i>or</i> child <i>and</i> abrigo <i>or</i> shelter	21 ref.	16 ref.	17 ref.	30 ref.
criança <i>or</i> child <i>and</i> institucionalização <i>or</i> institutionalization <i>and</i> interpretação <i>or</i> interpretation	-	-	5 ref.	-

## Procedimentos

A coleta dos estudos analisados na presente revisão ocorreu em janeiro de 2018. Os descritores foram previamente consultados no vocabulário DeCS, Descritores em Ciências da Saúde, da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Em seguida foram combinados e submetidos às ferramentas de busca de cada uma das plataformas de dados mencionadas e os registros identificados e filtrados conforme critérios de seleção. Os estudos foram organizados em uma planilha Microsoft Excel<sup>®</sup> e caracterizados conforme: título; autor; ano de publicação; tipo de estudo; objetivos e principais resultados, com a pretensão de classificar hierarquicamente as

evidências identificadas (Souza, Silva & Carvalho, 2010). Diante disso, à medida que foram identificadas as especificidades de cada estudo, por meio da leitura aprofundada do *corpus*, emergiram quatro eixos temáticos: (1) O perfil sociofamiliar da criança e os motivos pelos quais se acolhe; (2) o adoecimento psicológico da criança acolhida; (3) as práticas de cuidado e a percepção dos cuidadores e (4) a criança acolhida como protagonista de pesquisa. A partir dessa organização apresenta-se a análise e interpretação dos resultados.

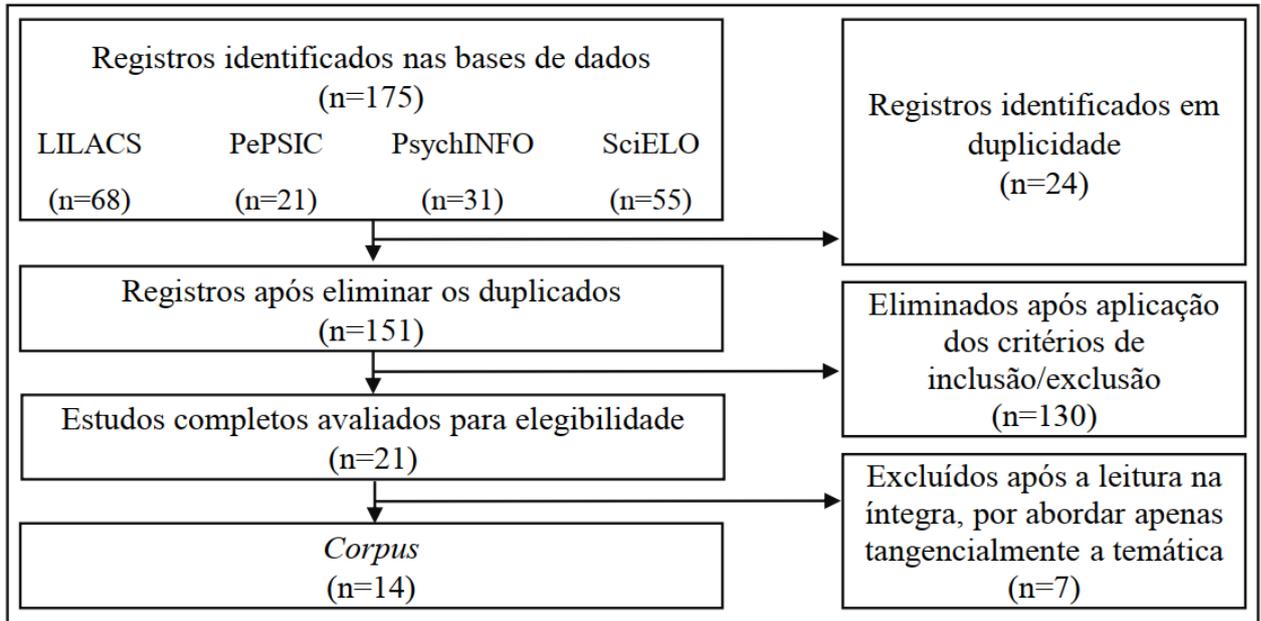
### **Resultados e discussão**

Inicialmente a estratégia de buscas resultou em um total de 175 registros rastreados. Desses, 24 artigos foram identificados em duplicidade e foram excluídos da amostra. Reduzida a 151, cada registro foi submetido aos critérios de inclusão e exclusão, e destes, 21 foram filtrados para leitura completa do estudo. Após examinados, percebeu-se que embora todos considerassem a temática do acolhimento institucional de crianças, sete deles abordavam apenas tangencialmente o assunto, e foram, assim, também descartados. Desse modo, o resultado aproveitável das buscas, que compõe o *corpus* desse estudo, consistiu em 14 artigos (N=14). As etapas do procedimento de coleta e seleção dos estudos analisados nesta revisão, podem ser observadas na Figura 1.

Com o objetivo de otimizar a apresentação dos resultados, os estudos que compõem o *corpus* foram dispostos em duas tabelas. Na Tabela 2 é possível verificar os títulos, autores, anos e tipos dos estudos que fazem parte da amostra desta revisão. Dentre os autores, pode-se ressaltar o nome de Cavalcante, que assina, em conjunto com outros, quatro das catorze publicações analisadas. Desses quatro estudos, dois são estudos empíricos, cujas temáticas se referem às práticas de cuidado ofertadas a crianças acolhidas por parte de mães e de educadoras de uma instituição (Cruz, Cavalcante & Pedroso, 2014; Corrêa & Cavalcante, 2013). As outras

**Figura 1.**

Fluxograma de seleção das referências.



duas referências, são pesquisas documentais, que descrevem o perfil de crianças em acolhimento e a condição socioeconômica das famílias (Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Cavalcante, Araújo, Góes & Magalhães, 2014). A maior parte dos trabalhos é empírica (n=10) e desenvolvida dentro de instituições de acolhimento. Dois estudos são pesquisas documentais (n=2), um artigo se refere a estudo teórico-clínico (n=1), além de um relato de experiência (n=1). No quesito ano de publicação, ainda que os estudos mais antigos encontrados sejam datados de 2012 (n=2) e o mais recente de 2017 (n=1), destacam-se os anos de 2013 e 2014, que compreendem juntos, dez das catorze publicações da amostra, sendo cinco (n=5) em cada ano. Na Tabela 3, são apresentados, de forma sintética, os objetivos e principais resultados encontrados nos estudos desta revisão.

### **O perfil sociofamiliar da criança e os motivos pelos quais se acolhe**

As razões que conduzem ao acolhimento institucional, via de regra, estão associadas ao contexto sociofamiliar vivenciado pela criança. Cavalcante *et al.* (2014) investigaram registros

**Tabela 2.**Caracterização do *corpus* em termos de título, autor, ano e tipo do estudo (N=14).

Nº	Título	Autores (Sobrenomes)	Ano	Tipo de estudo
A1	Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional	Avoglia; Silva; Mattos	2012	Empírico
A2	Transtorno de Apego Reativo em crianças institucionalizadas	Júnior; Melani; Carvalho	2012	Empírico
A3	Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	Altoé; Silva	2013	Estudo teórico
A4	Crianças e adolescentes acolhidos: histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas	Figueiredo; Aragão	2013	Empírico
A5	Educadores de abrigo: concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira	Corrêa; Cavalcante	2013	Empírico
A6	Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil	Trivellato; Carvalho; Vectore	2013	Empírico
A7	Um Estudo Exploratório da Incidência de Sintomas Depressivos em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional	Álvares; Lobato	2013	Empírico
A8	Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão	Guedes; Scacelli	2014	Relato de experiência
A9	Análise Comparativa do Perfil de Crianças em Acolhimento Institucional nos Anos de 2004 e 2009	Cavalcante; Magalhães; Reis	2014	Pesquisa documental
A10	Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: Comparando dois momentos	Cavalcante; Araújo; Góes; Magalhães	2014	Pesquisa documental
A11	Inventário do conhecimento do desenvolvimento infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional	Cruz; Cavalcante; Pedroso	2014	Empírico
A12	O Processo de Reinserção Familiar sob a Ótica das Equipes Técnicas das Instituições de Acolhimento	Brito; Rosa; Trindade	2014	Empírico
A13	Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares	Teixeira; Villachan-Lyra	2015	Empírico
A14	Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar	Maciel; Teodoro; Alves; Ribeiro; Queiroz; Serralha	2017	Empírico

dos prontuários de uma grande instituição de uma capital da região norte do Brasil, a fim de identificar semelhanças entre os casos de acolhimento. Foi feita uma análise comparativa de dois momentos, em um intervalo de cinco anos. O estudo mostrou que as crianças residiam com os pais, ou pelo menos um dos genitores, no momento que antecedeu o acolhimento. Em geral, a mãe se ocupava dos principais cuidados. Nas famílias dos acolhidos, foram percebidas características que compõem o estereótipo da vulnerabilidade social no país: baixa renda e

escolaridade, desemprego, dificuldade de acesso a bens e serviços básicos e condições de habitação inadequadas.

A pesquisa apontou que crianças do sexo masculino são mais frequentemente submetidas ao acolhimento do que as do sexo feminino. A idade de ingresso nas instituições de acolhimento aumentou durante o período investigado. Houve uma redução da admissão de recém-nascidos e crianças com menos de um ano. Embora discreta – menos de 10% –, essa redução deve ser comemorada (Cavalcante *et al.*, 2014). Winnicott afirma que “uma ruptura na continuidade da gestão familiar”, nessa idade, torna-se desastrosa. Bebês são absolutamente dependentes “dos cuidados da mãe, da sua presença contínua e da sua sobrevivência” (Winnicott, 1987/2012, p. 217).

Por outro lado, o tempo de permanência na instituição aumentou. As autoras frisam que um longo período de institucionalização produz efeitos negativos no desenvolvimento do indivíduo. Altoé e Silva (2013, p. 128) perceberam um movimento semelhante em seu estudo e afirmaram ser frequente “que essas crianças e adolescentes fiquem longos períodos abrigados [...]”. Essa percepção conflui com a mais recente atualização do instrumento legal que regula o serviço, que ao restringir ainda mais o tempo máximo de permanência na instituição, dá ênfase ao caráter transitório e à brevidade que se deve pôr em prática ao operar o acolhimento (Brasil, 2017).

Sobre as motivações que conduzem a criança ao acolhimento institucional, há um consenso entre os autores de que se trata de um conjunto extenso de variáveis, e de que elas mantêm entre si, uma relação de interdependência. O abandono, a dependência de álcool e outras drogas e violências em geral foram identificados como fatores predisponentes. A

**Tabela 3.**Caracterização do *corpus* em termos de objetivos e principais resultados do estudo (N=14).

<b>Nº</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais resultados</b>
A1	Identificar a imagem que educadores sociais têm da criança acolhida e relacioná-la com as ações propostas por eles na instituição.	Observou-se falta de contato afetivo com a criança acolhida e sentimentos de insegura, que culminam em uma relação de controle sobre o acolhido.
A2	Investigar sinais de Transtorno de Apego Reativo em crianças institucionalizadas.	As crianças participantes apresentaram baixo interesse social, agressividade e sentimento de culpa e inadequação ao ambiente.
A3	Discutir as especificidades da clínica psicanalítica com crianças e adolescentes residentes em instituição.	Chama a atenção para a importância da elaboração do desejo do analista, e para o perfil e disposição que este deve ter para a clínica com essas características.
A4	Apresentar as histórias de crianças e adolescentes acolhidos, e seus pontos de vista sobre essa condição.	Indicam a compreensão da transitoriedade do acolhimento e sentimentos de proteção.
A5	Investigar as concepções sobre o desenvolvimento infantil e práticas de cuidado de educadores de uma instituição de acolhimento infantil.	Revela que mulheres representam 99% dos educadores. Mulheres com filhos têm maior conhecimento e oferecem interações de maior qualidade com o acolhido.
A6	Conhecer o processo de acolhimento a partir do relato das crianças e de educadoras de uma instituição de acolhimento.	Educadoras atentam-se mais para cuidados básicos. A escuta atenta da criança acolhida é importante por promover a narrativa das suas vivências.
A7	Verificar a incidência de sintomas depressivos em de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional	Mostra que crianças maiores, sem vínculos familiares presentes e com históricos de mais de 2 anos de acolhimento, apresentam sintomatologia depressiva.
A8	Refletir sobre o cotidiano do serviço de acolhimento e, o lugar desse, da criança acolhida e suas famílias, no discurso social.	A prática profissional comprometida possibilita a percepção de sutilezas que se fazem fundamentais para a otimização do serviço.
A9	Apresentar uma análise comparativa dos aspectos que caracterizam a população de crianças acolhidas em uma instituição.	Predomina o acolhimento de meninos. Em um intervalo de cinco anos, aumentou a idade de ingresso na instituição, assim como o tempo de permanência.
A10	Discutir as condições sociofamiliares de crianças que viviam em uma instituição de acolhimento infantil.	Condições socioeconômicas vulneráveis, baixa escolaridade dos pais e frequente ausência paterna.
A11	Aferir o conhecimento de mães sobre práticas de cuidado e desenvolvimento infantil.	Indica bom nível de conhecimento das mães e atribuiu as boas concepções às melhores condições sociodemográficas.
A12	Investigar a visão das equipes técnicas de instituições de acolhimento, acerca do processo de reinserção familiar	Puderam ser percebidos indicativos de credibilidade nas equipes envolvidas. Dificil adesão familiar e falta de recursos financeiros aparecem como desafios.
A13	Problematizar os sentidos produzidos pelas mães sociais de uma casa de acolhimento, acerca do desligamento das crianças em situação de acolhimento prolongado.	Foram identificados sentimentos ambivalentes, que transitaram entre a maternagem e a hostilidade com relação ao futuro dos acolhidos.
A14	Compreender o processo de inclusão escolar da criança acolhida, sob a ótica das pessoas envolvidas no processo.	Indicam que as instituições se mostram ineficazes para suprir a falta da família no acompanhamento escolar da criança acolhida.

vulnerabilidade socioeconômica se destacou como um motivo associado, que parece contribuir para o encaminhamento à instituição. Contudo, a causa mais frequentemente citada para a entrada de crianças na instituição, foi a negligência familiar. Esta foi relacionada por todos os estudos desta revisão, como motivo para o acolhimento. Nos estudos de Cavalcante *et al.* (2014) e Cruz *et al.* (2014), que analisaram uma expressiva amostra de prontuários, com recortes temporais distintos, torna-se ainda mais clara a preponderância desse fator. Condições de saúde, nutrição e higiene inadequadas e a ausência dos pais, representam o cenário mais comum que conduz à institucionalização (Trivellato, Carvalho & Vectore, 2013; Altoé & Silva, 2013; Maciel *et al.*, 2017).

Cruz *et al.* (2014) convidaram, para participar de uma pesquisa, mães de crianças em situação de acolhimento, a fim de mensurar os seus conhecimentos sobre práticas de cuidado e aspectos gerais de desenvolvimento. Para a coleta de dados, as autoras utilizaram a versão em português do inventário KIDI (*Knowledge of Infant Development Inventory*), instrumento composto por 75 questões, que avalia conhecimentos “[...] relacionados ao desempenho da trajetória desenvolvimental, períodos mais prováveis para aquisição de habilidades motoras, perceptuais e cognitivas; fatores relacionados aos princípios do desenvolvimento; práticas parentais; cuidados com alimentação, higiene e segurança” (Corrêa & Cavalcante, 2013, p. 2). Ao analisarem as repostas ao inventário, foi possível concluir que as mães têm um bom conhecimento sobre o desenvolvimento infantil. Mães mais jovens, com maior escolaridade e inseridas no mercado de trabalho obtiveram um número maior de acertos. Esses resultados permitem inferir que os gestos de negligência praticados por mães, nem sempre estão associados à incapacidade objetiva, ou falta de noções de cuidado. Aspectos de ordem afetiva podem ser determinantes para levar a mãe a desistir do cuidado de um filho.

Nesses casos, “a opinião pública exige que seja feito o máximo pelas crianças desprovidas de famílias”, afirmou Winnicott (1965/2011, p.200), em meados do século XX. A exigência se mantém na atualidade. Quando os cuidadores primários falham na responsabilidade de zelar pelos filhos, a comunidade se manifesta, voluntariamente ou por força de lei, enquanto instituição. A missão desta, sob a ótica winnicottiana, é a provisão de um ambiente suficientemente bom para a continuidade do desenvolvimento emocional da criança, em substituição ao papel da família. O acolhimento deve proporcionar que a criança revise experiências positivas da primeiríssima infância, que foram fundantes de sua saúde mental, mas que foram sobrepostas pelo desamparo vivenciado na negligência. Estar inserida em um novo ambiente de cuidado, reativa o seu potencial para o amadurecimento (Winnicott, 1965/2011).

### **O adoecimento psicológico da criança acolhida**

O adoecimento psicológico de uma criança, pode ser o resultado da falta de cuidados adequados por parte dos cuidadores primários ou, quando se trata de uma criança acolhida, pelos longos períodos de estadia nas casas-lares. O estudo de Álvares e Lobato (2013) investigou, a partir da aplicação de um inventário, a presença de indícios de depressão em crianças e adolescentes acolhidos em uma instituição. Os resultados indicaram algumas variáveis que se relacionam com a manifestação de sintomas dessa natureza. Uma dessas variáveis remete à idade da criança no momento do acolhimento, que segundo os autores, quanto maior, mais probabilidade de manifestação de sintomas depressivos. O estudo revelou também que, na instituição pesquisada, mais da metade das crianças e adolescentes se encontravam em medida de acolhimento havia mais de um ano, algumas havia mais de cinco anos. Essa variável, o tempo de acolhimento não raramente extenso, também se destacou como provável produtora de sintomas depressivos. A manutenção da

proximidade com familiares (Maciel *et al.* 2017; Brasil, 2009a) e a construção de novos vínculos saudáveis se mostraram movimentos positivos. A pesquisa mostrou que, indivíduos que foram acolhidos em grupo de irmãos ou foram contemplados por um programa de apadrinhamento afetivo, apresentaram menos riscos de desenvolver transtorno depressivo.

A pesquisa de Junior, Melani e Carvalho (2017) averiguou em crianças institucionalizadas, sinais de Transtorno de Apego Reativo. Trata-se de um distúrbio que se desenvolve nos cinco primeiros anos de vida, definido por perturbações nas relações sociais da criança, associadas a conflitos emocionais e que se manifestam por ocasião de alterações no ambiente. No DSM-V (Associação Psiquiátrica Americana [APA], 2014, p. 266), o transtorno é caracterizado principalmente pela “ausência ou [por] um vínculo grosseiramente não desenvolvido entre a criança e os supostos cuidadores adultos [...] quando aflitas, não demonstram esforços consistentes para obter conforto, apoio, carinho ou proteção”. Os pesquisadores observaram que quase a metade das crianças participantes, 48% delas, “apresentaram baixo interesse social, sentimentos de imobilidade, desesperança e incapacidade de agir com confiança”. Outros aspectos importantes percebidos foram sentimentos de desamparo e insegurança. No Desenho da Figura Humana – instrumento de coleta de dados nesse estudo –, as crianças mostraram “sentirem-se ameaçadas pelo mundo, principalmente por adultos, especialmente pelos seus pais”. Na percepção dos autores, isso é um indicativo de que as figuras que deveriam prover segurança, de alguma maneira foram falhas, e isso é sentido pela criança (Junior *et al.*, 2017, p. 437). À instituição, resta o desafio de reparar a insuficiência vivenciada pelo acolhido, que criará, de acordo com o que diz Winnicott, expectativas de cuidado: “as crianças (de um modo espontâneo) esperam que o alojamento ou, caso falhe, a sociedade, num sentido mais amplo, forneça-lhes a referência que seus próprios lares não conseguiram lhes dar” (Winnicott, 1987/2012, p. 83).

Altoé e Silva (2013) experienciaram o contexto do acolhimento institucional e, a partir dessa vivência, descreveram em um estudo teórico, as nuances da clínica psicanalítica com crianças em situação de vulnerabilidade social grave, dentre elas, as que estão sob medida protetiva de acolhimento. São apresentadas e discutidas as especificidades, demandas e sintomas que são frequentes na clínica. Contudo, o texto não os trata como processos de adoecimentos em suas formulações nosográficas, como fazem os dois outros estudos discutidos nessa seção, até pelo seu sólido embasamento psicanalítico. A argumentação proposta pelas autoras transita, evidentemente, pelas relações familiares e as privações socioeconômicas. Convidam, inclusive, à reflexão sobre os possíveis rótulos e sua prejudicialidade no exercício da clínica. O ponto de destaque do estudo é o lugar do analista, enquanto sujeito desejante, frente a essa clientela e às transferências que podem ser despertadas por essa relação. O estudo esboça alguns exemplos de narrativas que são produzidas nos atendimentos e as classifica como demasiadamente duras. Ademais, quando ditas por crianças, são acompanhadas de uma espontaneidade que exige um alto nível de disponibilidade do analista. Altoé e Silva (2013, p. 137), reiteram que deve haver aptidão para atender a esse perfil: “[...] para que o trabalho analítico aconteça, não é suficiente que a criança ou adolescente queira se tratar; é preciso encontrar um analista que se aventure nessa empreitada”.

### **As práticas de cuidado e a percepção dos cuidadores**

As práticas de cuidado dispensadas à criança acolhida foram objeto de interesse da maioria dos pesquisadores que investigam o acolhimento institucional. Dos textos discutidos nesta revisão, a metade (n=7) se propôs a conhecer que tipo de cuidado é prestado a crianças nessa condição, sendo que, a maioria destes sete (n=5) contou exclusivamente com a participação de funcionárias das instituições como informantes na pesquisa. Ou seja, o interesse desses estudos se restringia ao

que tinham a dizer os adultos da casa-lar. Os outros dois estudos (n=2) que discutiram as formas de cuidado nas instituições, mesclaram a participação de educadores e acolhidos.

Nenhum dos estudos analisados, discutiu dados obtidos por meio da participação de cuidadores do sexo masculino. Ou seja, esta é uma função predominantemente exercida por mulheres. A atividade corresponde ao que prevê a Lei 7.644. O texto, além de outras providências, dispõe sobre as mães sociais. Refere-se aos pretendentes e ocupantes dessa função, sempre no gênero feminino, a começar pela nomenclatura atribuída (Brasil, 1987). Contudo, nas pesquisas discutidas nessa revisão, observou-se o emprego dos termos: cuidadora, educadora, educadora social e mãe social.

Trivellato *et al.*, (2013) identificaram em seu estudo, que todas as educadoras participantes possuíam alguma prática no cuidado infantil, em função dos seus empregos anteriores. Entretanto, nenhuma delas tinha qualificação, ou havia recebido treinamento específico para o trabalho em instituição de acolhimento. O estudo mostrou que nenhuma das funcionárias da instituição tinha conhecimento da legislação que regula a função. Os critérios para admissão das educadoras, mencionados na pesquisa, não pareceram inspirar fidedignidade. Segundo uma das participantes, para ser contratada: “*Tinha que gostar muito de criança [...] não podia bater*” (p. 302). Um processo de seleção nesses moldes, vai ao encontro do que afirmou Serralha (2016, p. 84), ao discutir a instituição enquanto *ambiente*. Segundo a autora “[...] a equipe de trabalho da instituição não pode ser inadequada, o que requer, então, uma escolha criteriosa de seus membros”.

Corrêa e Cavalcante (2013) investigaram o conhecimento das educadoras sociais de uma instituição de acolhimento acerca do desenvolvimento infantil e das práticas de cuidado adequadas. Para isso, as autoras fizeram uso do mesmo instrumento empregado na pesquisa de Cruz *et al.* (2014), o inventário KIDI (vide p. 22). Os resultados indicaram um expressivo percentual de

acertos. As participantes que acertaram um maior número de questões do inventário, foram comparadas às que menos acertaram, em momentos de interação e cuidado com os acolhidos. As educadoras com maior percentual de acertos, dedicaram um tempo consideravelmente maior às brincadeiras, participaram ativamente delas e apresentaram mais clareza ao se comunicarem com as crianças, como para explicar as regras, por exemplo. Ao se comunicar de forma clara e em linguagem adequada, a educadora transmite à criança o sentido daquele gesto, contribuiu para compensar as carências e desamparo e, favorece o desenvolvimento de habilidades semelhantes (Avoglia *et al.*, 2012). As educadoras, que tiveram melhor desempenho ao responder as questões do inventário, inseriram elementos da cultura local nas brincadeiras, o que segundo as autoras, “[...] pode proporcionar a configuração de um ambiente com nítidas características familiares” (Corrêa & Cavalcante, 2013, p. 6). O grupo de educadoras, que fez um menor número de acertos, manteve uma postura de supervisão, interagindo minimamente com os acolhidos. Ou seja, mais conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, sobre o grau de amadurecimento da criança, beneficia o acolhido, pois otimiza o cuidado.

A função de educador social foi considerada, por Avoglia *et al.* (2012), parte fundamental da instituição, pelo contato direto com a criança e pela referência que exerce enquanto modelo identificatório. As autoras tiveram como objetivo descobrir a imagem que as educadoras sociais de uma intuição têm das crianças acolhidas. Nos procedimentos de coleta de dados, fizeram uso de técnicas projetivas, que apontaram comprometimentos de ordem psicoafetiva. Outro instrumento utilizado e que complementou o primeiro, foi a observação da rotina de trabalho das educadoras e a interação delas com os acolhidos. Atitudes de controle excessivo e afastamento físico e afetivo, foram percebidas e interpretadas como prejudiciais para a formação da autonomia da criança. A pesquisa mostrou que as práticas de punição de comportamentos inadequados são recorrentes e

empregadas em tons autoritários. As pesquisadoras observaram que as punições, em geral, foram precedidas pela perda de controle da situação por parte das educadoras, que, ao se sentirem persecutoriamente ansiosas com a presença das pesquisadoras, justificaram-nas como *estratégia de aprendizagem*. Os desejos da criança acolhida devem ser considerados importantes e a sua individualidade deve ser preservada. Trivellato *et al.* (2013) reiteraram a necessidade de que se garantam estruturas suficientes, e isso implica em recursos humanos em condições saudáveis, para que o atendimento seja singularizado, ou seja, que o Plano Individualizado de Atendimento (PIA), seja executado adequadamente (Brasil, 2009b).

Foram identificados em diversas pesquisas, relatos de insatisfação com o trabalho e execução inadequada de tarefas, inclusive junto às crianças, o que indica a precarização do serviço e das trabalhadoras. Os estudos mostraram com frequência sentimentos de falta de ânimo e exaustão e, conseqüentemente, posturas de frieza no atendimento à criança e resistência na construção de vínculos, além de extrema rigidez nas normas da instituição e atribuição de maior importância a esse último aspecto do trabalho (Avoglia, Silva & Mattos, 2012; Brito, Rosa & Trindade, 2014; Teixeira & Villachan-Lyra, 2014).

Uma das principais atribuições das educadoras em uma instituição é criar condições de cuidado que facilitem a reintegração social, o que deve, em tempo mais breve possível, suceder o acolhimento (Brasil, 1987). Brito *et al.* (2014) se dedicaram a investigar as dificuldades sentidas pelas equipes no processo de reinserção familiar. O primeiro entrave mencionado foi a falta de adesão das famílias às intervenções propostas para corrigir as falhas que levaram a criança a ser acolhida. A morosidade do sistema judiciário também obriga a permanência do acolhido na instituição. Outra dificuldade discutida foi, entretanto, na própria equipe de trabalho, que deveria auxiliar na condução da reintegração. A pesquisa mostrou que parte da equipe, considerava a casa-

lar um ambiente mais adequado para o desenvolvimento da criança e, por vezes, de forma indireta, boicotava a reinserção familiar dos acolhidos. A adoção apareceu como forma mais nobre de desligamento da instituição, mantendo vivo, então, o estereótipo da família incapaz de cuidar.

O estudo de Guedes e Scarcelli (2014) trouxe um relato da experiência vivenciada por uma das pesquisadoras, quando ocupava a função de psicóloga em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes. Dentre as cenas descritas, destacou-se um episódio em que as educadoras discutiam informalmente a validade do título de mãe a alguém que *permitia* que seu filho fosse acolhido em instituição. Foi possível perceber a dificuldade das educadoras, em se desvencilhar dos preconceitos relacionados às famílias que falharam e precisaram contar com o serviço de acolhimento, impressão também registrada em outros estudos (Brito *et al.*, 2014; Teixeira e Villachan-Lyra, 2014).

A ausência de perspectivas positivas relacionadas ao futuro dos acolhidos foi uma característica percebida nas educadoras sociais, apesar de a literatura indicar que se deve apostar no sujeito. As imagens negativas associadas aos acolhidos ou às suas famílias comprometem a promoção do desenvolvimento no contexto institucional, ou ainda, fora dele, como influenciar desfavoravelmente no rendimento escolar (Zappe, Yunes & Dell'Aglio, 2016). No estudo de Avoglia *et al.* (2012), a concepção das mães sociais, foi de que a casa-lar não era um lugar apropriado para o desenvolvimento da criança, de modo que aquela experiência dificilmente produziria algo positivo. Desse modo, não atuavam com compromisso, por compreenderem que, de qualquer forma, os cuidados que elas pudessem oferecer seriam sempre insuficientes. A pesquisa de Maciel *et al.* (2017), discute o estigma ao qual se submetem famílias e acolhidos. Entretanto, nesse caso, as autoras descreveram a preocupação das educadoras, em manejar adequadamente a situação. Segundo as participantes, o rótulo atribuído às crianças, de que

apresentam distúrbios de comportamentos no contexto escolar, em função de um histórico de conflitos familiares, demanda um constante combate à discriminação. A estratégia empregada pela equipe, foi o estreitamento da relação instituição/escola, de modo que a comunicação fosse facilitada, além de oferecer suporte emocional para quem passasse por episódios de constrangimento.

Um estudo (Teixeira & Villachan-Lyra, 2014) revelou um grupo de educadoras que enalteciam a qualidade do ambiente institucional e do serviço prestado por elas. Foram recorrentes as verbalizações sobre um sentimento maternal para com os acolhidos, muitas vezes, desprezando o histórico familiar da criança. Desse modo, repetiam o movimento presente em outras instituições de inferiorizar a famílias de origem, seja pelas falhas cometidas, ou ainda, pela carência socioeconômica, não conseguindo vislumbrar perspectivas positivas para o futuro das crianças. Para os autores, o sacerdócio exercido por parte da equipe de educadoras denunciava a existência do conflito de “[...] não saber onde termina o desejo materno para começar o exercício de atividade profissional”, postura que, por mais bem-intencionada que seja, dificulta o trabalho e traz obstáculos a mais à preservação dos vínculos e reinserção familiar (Teixeira & Villachan-Lyra, 2014 p. 207; Zappe *et al.*, 2016l).

### **A criança acolhida como protagonista de pesquisa**

O verbo *protagonizar* tem sido frequentemente conjugado em textos de psicologia, especialmente em sua vertente social, no sentido de engajamento e participação comunitária. O assunto discutido neste artigo, obviamente, dialoga de forma direta com toda a problemática social na qual o país está inserido. Não obstante, com o emprego do termo *protagonista*, no título dessa seção, pretende-se que ele seja compreendido em seu sentido literal, de desempenho do papel principal. Observou-se que de todos os estudos empíricos analisados (n=10), apenas dois (n=2)

contavam exclusivamente com crianças como participantes de pesquisa, e ainda assim, buscavam a identificação de sintomas psicopatológicos. Os demais, que incluíam a participação de crianças (n=3) em suas amostras, investigavam ao mesmo tempo adolescentes em acolhimento, ou adultos vinculados de alguma forma a esse universo. O estudo de Maciel *et al.* (2017), sobre a inclusão escolar de crianças institucionalizadas, menciona entre as suas principais constatações que, ao favorecer a escuta da criança, tornou-se possível compreender o sentido dado por ela às vivências naquele contexto. Essa afirmativa sugere, portanto, uma reflexão acerca da importância de se contar com crianças acolhidas como informantes em estudos científicos.

Os participantes da pesquisa de Trivellato *et al.* (2013) relataram compreender o ambiente institucional como um lugar ruim e aprisionador. Tal percepção coincide com a apresentada no estudo de Figueiredo e Aragão (2013), em que uma participante relatou um histórico de recorrentes acolhimentos, seguidos de fugas da instituição, por se sentir presa. As narrativas vêm acompanhadas de argumentos que variam entre a falta de autonomia para ir e vir, mesmo que pela vizinhança, e a impossibilidade de brincar na rua. Maciel *et al.* (2017) afirmam que o convívio restrito com a equipe impede que os vínculos sociais se diversifiquem. Outro ponto associado ao sentimento de falta de liberdade, foi a rotina considerada entediante. Uma das participantes do estudo de Figueiredo e Aragão (2013) registrou o seu gosto por ir ao *shopping*, à praia, ao parquinho, deixando clara a falta que sentia de passeios assim. A prática regular de atividades em horários fixos e predeterminados diferia absolutamente da forma como viviam com suas famílias. Uma rotina flexível, sobretudo nos primeiros dias de acolhimento aparenta ser mais adequada. Para crianças acolhidas, a instituição pode significar um lugar que as separou do convívio familiar de modo autoritário (Maciel *et al.*, 2017), e esse significado, por si só, pode ser suficiente para que haja resistência às atividades propostas.

Na pesquisa empreendida por Trivellato *et al.* (2013), ainda que não incluísse apenas crianças em sua amostra, foi possível identificar evidências do quanto pode ser rico, o material produzido a partir da escuta atenta de quem vivencia, na pele, a negligência, a violência, o abandono e, posteriormente, o acolhimento em instituição. As autoras ressaltaram a fácil vinculação das crianças participantes às pesquisadoras e a adesão aos procedimentos propostos para coleta de dados, que envolviam diversas atividades lúdicas. A presença de adultos completamente disponíveis e interessados oportunizaram um ambiente de diálogo e a expressão de sentimentos. Justo o oposto do que constatou o estudo, no tocante ao conjunto de cuidados ofertados às crianças naquela instituição. O que foi identificado foi a deficiência nesse aspecto e o cuidado resumido às necessidades básicas. Parece fazer sentido a afirmação de Maciel *et al.* (2017), de que, talvez, o momento proporcionado pelas pesquisadoras durante os procedimentos de coleta de dados, seja mais agradável do que os proporcionados nos ambientes família e instituição, nos quais as crianças participantes experimentam raros momentos livres e lúdicos.

O modo como a criança acolhida compreende a sua entrada na instituição, foi um dos questionamentos levantados por Figueiredo e Aragão (2013). As participantes da pesquisa associaram a medida protetiva a uma consequência das negligências sofridas por elas quando residiam com as suas famílias. Já Maciel *et al.* (2017) entenderam que a criança possa ter criado fantasias acerca de sua chegada, em relação aos órgãos policiais e judiciais, que são figuras comumente presentes nesse processo. Isso pode, de algum modo, remeter à sensação de aprisionamento descrita por participantes de outros estudos (Figueiredo & Aragão, 2013; Trivellato *et al.* 2013).

A instabilidade ambiental, mesmo que de forma indireta, foi comunicada nas pesquisas analisadas. A afirmativa de que, ainda que esteja sendo cuidada, à criança acolhida tenha sido

privado o direito ao convívio familiar, parece gerar um prevalente sentimento de ambivalência. As percepções das crianças a respeito da instituição, não formam um consenso sobre como é permanecer nela. Exemplos de experiências prazerosas foram tão mencionadas quanto as vivências desagradáveis. As relações familiares, em regra conflituosas, foram repentinamente sucedidas pelo acolhimento e os novos vínculos promovidos por este, nem sempre foram amistosos. O incômodo de se conviver com estranhos, percebido em um estudo (Figueiredo & Aragão, 2013), difere da preferência em se relacionar com outras crianças, também acolhidas, como diz outra pesquisa (Maciel *et al.*, 2017). Os relatos de compreensão sobre o fator de proteção e a transitoriedade, inerentes ao acolhimento institucional, misturaram-se à impressão de que a instituição seja um lar definitivo, naqueles casos em que existem poucas expectativas de reintegração familiar. Essa diversidade de sentidos sobre o acolhimento institucional convida a pensar que, talvez, ela represente a confusão provocada por essa experiência de difícil elaboração subjetiva, ou, que lhes faltam relações que inspirem confiança e oportunidades adequadas de expressão (Trivellato *et al.* 2013).

### **Considerações finais**

A proposta de conhecer o teor das publicações que abordam a temática do acolhimento institucional de crianças e o que têm discutido, especialmente, no que tange o sentido que a criança atribui a esse processo, foi alcançada. Não há, todavia, a pretensão de se ter esgotado o assunto, sobretudo porque há de se reconhecer os limites do estudo. Embora as bases de dados consultadas agrupem um número expressivo de publicações, há outras tantas que também podem disponibilizar estudos sobre essa temática para subsidiar outras revisões da literatura, que, ao serem publicadas, poderão orientar as práticas baseadas em evidências.

Em linhas gerais, o estudo permitiu descobrir que a maior parte do que se publicou sobre o acolhimento institucional de crianças nos últimos seis anos, está relacionado com a condição socioeconômica das famílias que foram atendidas pelo serviço, até porque esse fator está no cerne da problemática. Porém, pobreza e negligência não são indissociáveis e este último aspecto foi apresentado pelas pesquisas, como principal geradora de casos de acolhimento. As descrições fornecidas pelos participantes de pesquisa, fossem eles indivíduos acolhidos ou funcionários das casas-lares, traduziram-se em uma atmosfera de negligência, convívio com práticas ilícitas dos genitores e episódios de violência. Isto é, os ambientes experienciados destoavam completamente do que se considera adequado para um bom desenvolvimento emocional.

A metade dos artigos analisados teve como objetivo conhecer o cuidado dispensado a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e, a maior parte deles, sob a ótica de funcionárias da instituição. Muitos estudos apresentaram práticas de cuidado inadequadas, indicando a má qualidade do serviço e a carência de qualificação profissional. Quando as práticas de cuidado se mostraram desejáveis, observou-se a dificuldade de desligamento e reinserção familiar, o que reitera a necessidade de treinamento.

Conhecer o ambiente institucional e o sentido ligado a ele, para a criança acolhida, estava entre os principais interesses da revisão. Inicialmente, acreditava-se na hipótese de analisar uma gama de produções que incluíssem crianças institucionalizadas como participantes de pesquisa e, a partir da narrativa delas, alcançar plenamente o objetivo pretendido. É verdade que não se pode dizer que estudos nesses parâmetros não foram identificados. Entretanto, foram-no em pequeno número. Esses poucos estudos sugeriram que a criança compreende a instituição ora como um dispositivo que a separa de sua família, que a aprisiona, ora que oferece aconchego. A heterogeneidade dos relatos dos acolhidos sugere a incompreensão do processo ao qual eles foram

submetidos e íntima que novas pesquisas sobre o tema sejam empreendidas, contando preferencialmente com a contribuição de crianças como participantes.

### Referências

- Altoé, S., & Silva, M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica*, 18(1), 125-141.
- Álvares, A. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, 21(1).
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. [Recurso eletrônico]: DSM-V. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed.
- Avoglia, H. R. C., Silva, A. M., & Mattos, P. M. (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Mal-estar E Subjetividade*, 12(1-2).
- Brasil. (1987). *Lei n. 7.644, de 18 de dezembro de 1987*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7644.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm)>. Acesso: maio/2018
- Brasil. (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso: mar/2018.
- Brasil. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf)>. Acesso: maio/2018.
- Brasil. (2009b). *Lei n. 12.010 de 03 de agosto de 2009*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)>. Acesso: mar/2018.
- Brasil. (2017). *Lei n. 13.509 de 22 de novembro de 2017*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm)>. Acesso: mar/2018.

- Brito, C. O. D., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413.
- Cavalcante, L. I. C., de Araújo, C. R., Góes, É. L. C., & Magalhães, C. M. C. (2014). Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: Comparando dois momentos. *Psicologia Argumento*, 32(76).
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & dos Reis, D. C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Corrêa, L. D. S., & Cavalcante, L. I. C. (2013). Educadores de abrigo: Concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309-317.
- Cruz, E. J. S., Cavalcante, L. I. C., & da Silva Pedroso, J. (2014). Inventário do Conhecimento do Desenvolvimento Infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP*, 15(1).
- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 142-168, Mar.
- Figueiredo, J. G. D., & Aragão, E. M. A. (2013). Crianças e adolescentes acolhidos: história tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas. *Revista EPOS*, 4(2), 00-00.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38.
- Junior, G. A. F., Melani, R. H., & de Carvalho, S. G. (2017). Transtorno de Apego Reativo em crianças institucionalizadas. *Psicologia Argumento*, 30(70).
- Maciel, R. D. F. M., Teodoro, M. C., Alves, J. R., Ribeiro, L. M., Queiroz, L. G., & Serralha, C. A. (2017). Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. *Revista da SPAGESP*, 18(1).
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Rodrigues, D. C., Guedes, G. C., Fernandes, L. M., & de Oliveira, J. L. C. (2016). Estigmas dos profissionais de saúde frente ao paciente obeso: uma revisão integrativa. *HU Revista*, 42(3).
- Santos, W. A., Fuly, P. D. S. C., Santos, M. L. S. C., Souto, M. D., Reis, C. M., & de Castro, M. C. F. (2017). Avaliação do isolamento social em pacientes com odor em feridas neoplásicas: revisão integrativa. *Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963*, 11(3), 1495-1503.

- Serralha, C. A. (2016). *O ambiente facilitador winnicottiano: teoria e prática clínica*. Curitiba: CRV.
- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Natureza Humana-Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, 19(2).
- Silva, M. L., Arpini, D. M. (2013) O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3) p. 422-440.
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1 Pt 1), 102-6.
- Teixeira, P. A. S., & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, 27(1).
- Trivellato, A. J., Carvalho, C., & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(2).
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (2012). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1987).
- Zappe, J. G., Yunes, M. A. M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: Impacto do status socioeconômico e da institucionalização. *Pensando famílias*, 20(1), 83-98.

## ESTUDO 2

### **Crianças afastadas do convívio familiar: os sentidos do percurso da institucionalização**

#### **Children away family life: the meanings of the course of institutionalization**

##### **Resumo**

O acolhimento institucional representa a contrapartida da sociedade e do Estado, na responsabilidade de proteção à criança e ao adolescente, quando a família se mostra insuficiente. O objetivo do estudo foi compreender o sentido que a criança institucionalizada atribui à sua situação de acolhimento. Participaram cinco crianças acolhidas. A coleta de dados foi realizada por entrevista lúdica, entrevista semiestruturada e observação participante. Realizou-se análise de conteúdo temática e da enunciação, e os dados foram discutidos na perspectiva winnicottiana. Os participantes mostraram desconhecer os reais motivos que os conduziram ao acolhimento. Crianças maiores associaram o afastamento do lar, à negligência. Infere-se que há falhas na comunicação das razões para o acolhimento, e que, para realizá-la, os graus de desenvolvimento devem ser considerados. Embora não tenha sido registrada insatisfação por parte da criança em relação à instituição, todos os participantes manifestaram expectativas de reintegração familiar. Um participante considerou a possibilidade de reintegrar-se à família extensa e os demais expressaram a convicção de que retornariam ao convívio com a mãe. Isso enfatiza a importância do cuidado familiar e indica a complexidade quando se tenta substituí-lo. As maneiras como as crianças participantes se relacionam entre si e com os adultos apresentam conflitos que se assemelham a conflitos familiares. Notou-se que há um esforço da instituição em proporcionar um ambiente que facilite o desenvolvimento. Conclui-se que há a necessidade de metodologias de comunicação mais

eficazes, entre instituição e acolhido, que facilitem a compreensão e a elaboração de um sentido, pela criança acolhida.

**Palavras-chave:** Criança. Acolhimento institucional. Psicanálise. Winnicott.

### **Abstract**

The institutional reception represents the society and State's counterpart in the responsibility of child and teenager's protection, whenever the family shows insufficient. The object of the study is to comprehend the institutionalized child's meaning of the hosting condition. Five children were enrolled. The data collect were gathered by playful interviews, semi structured interviews and participant observation. The data were organized in base of theme and enunciation analysis and discussed in the focus of winnicottian psychoanalysis. The child doesn't know the real reasons to be in holding situation. Older children assume that the home withdrawal is related to negligence. It is inferred that there are shortcomings in the communication of the reasons for the reception, and that in order to accomplish it, the stages of development are not considered. Although no records of child dissatisfaction were reported to the institution, all participants expressed expectations of family reintegration. One participant considered the possibility of rejoining the extended family. The others expressed the conviction that they would return to their mother. This emphasizes the importance of family care and indicates the complexity of trying to replace it. The ways in which participating children relate to each other and to adults presents conflicts that resemble family conflicts. It has been inferred that the institution has endeavored to provide a facilitating environment for development. It is concluded that there is a need for more effective methodologies of communication between institution and host, that facilitate the understanding and the elaboration of a sense, by the hosted child.

**Keywords:** Child. Institutional Care. Psychoanalysis. Winnicott.

## Introdução

O principal ambiente de cuidado para que uma criança se desenvolva adequadamente, na maioria das civilizações, é a família. Essa concepção, culturalmente arraigada, inclusive no Brasil, se faz representada em instrumentos legais, que reiteram a magnitude da instituição *família* e consideram-na, em absoluto, imprescindível (Brasil, 1990; Brito, Rosa & Trindade, 2014; Patias, Siqueira & Dell’Aglío 2017). Adolescentes e crianças brasileiras, têm garantidos por lei, direitos fundamentais e indispensáveis ao seu desenvolvimento saudável. Entre estes, conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Brasil, 1990), está o direito à convivência familiar. Espera-se que, o núcleo familiar no qual a criança inicialmente se insere, ofereça provisão de cuidados, até que haja condições suficientes de autonomia. Todavia, como menciona Hueb (2016, p. 29), “algumas famílias, por questões diversas, não conseguem ser provedoras de fatores de proteção e passam a ser geradoras de risco à vida de seus integrantes”. Na década de 1950, Winnicott observou o movimento que a sociedade inglesa daquela época fazia, em relação ao cuidado dispensado às crianças desamparadas. Segundo ele, “A opinião pública exige que seja feito o máximo pelas crianças desprovidas de família” (Winnicott, 1965/2011, p. 200). No Brasil do século XXI, ao ser necessário o afastamento do convívio familiar ou, a compensação dessa falta, o recurso disponível para atender as necessidades da criança e mantê-la protegida, é o acolhimento institucional.

Sendo uma evolução dos antigos abrigos, o acolhimento institucional representa a contrapartida da sociedade e do Estado, na responsabilidade de proteção à criança e ao adolescente, quando a família se mostra insuficiente para fazê-lo (Brasil, 1990; Hueb, 2016). Para chegar à atual configuração, as políticas brasileiras de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco

sofreram diversas modificações, em diferentes âmbitos, sempre circunscritas por amarras econômicas, morais e legais. Esse histórico é descrito como um processo que atravessou diversas fases, nas quais diferentes setores da sociedade se incumbiam da administração do serviço. A filantropia da Igreja Católica, as práticas higienistas da medicina do final do século XIX, e o assistencialismo, que criminalizava a pobreza, foram precedentes da institucionalização, que, enquanto uma política pública gerida pelo Estado, chamou para si essa responsabilidade a partir de então (Silva, 1997; Rizini, 1997; Weber, 2005; Zappe, Yunes & Dell’Aglío, 2016).

Com o advento da redemocratização e da nova Constituição Federal, que prevê um lugar à luz dos olhos da lei para a criança e para o adolescente (Brasil, 1988, art. 227), o Brasil faz, desde o princípio da década de 1990, o caminho oposto à institucionalização. Vivencia-se a fase da desinstitucionalização. Weber (2005, p. 57) explica que esse movimento se deve aos “[...] avanços mundiais da ciência e dos direitos humanos que afirmam que uma instituição total não traz benefícios para uma criança em longo prazo e que a criança tem o direito de viver em família e de estar inserida na comunidade”. Patias, Siqueira e Dell’Aglío (2017) complementam que, institucionalizações prolongadas podem comprometer o desenvolvimento, especialmente se a instituição não se fizer um fator de proteção.

Mesmo diante de tantos esforços para solucionar, os problemas acarretados pelos diversos riscos sociais, fora das instituições, Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) afirmam que, o acolhimento institucional de crianças acontece como uma prática de cuidado social comum em países emergentes. Apesar de a institucionalização de crianças ter sido uma discussão recorrente no século XX, conforme afirmam Feijó e Oliveira (2016), ainda há muito o que se debater e aprimorar, nesse serviço. Para Hueb (2016), executá-lo como procedimento corriqueiro aumenta a possibilidade de incorrer na confusão entre situação de vulnerabilidade e situação de risco e, a

partir disso, indicar precipitadamente o acolhimento institucional. A conduta pode estigmatizar o núcleo familiar como incapaz, enfatizando a insuficiência de recursos econômicos para o cuidado infantil e sujeitar as crianças envolvidas a um dispositivo ao qual deveria se recorrer somente em último caso.

As numerosas tentativas de se desenvolver estruturas, que ocupem satisfatoriamente o espaço criado pelo afastamento do convívio familiar, confirmam a complexidade do fenômeno. No entanto, há um consenso. Tanto a legislação vigente e as orientações técnicas que regulam o serviço, quanto as produções científicas que abordam o tema presumem que o contexto de acolhimento institucional deve oferecer um ambiente que seja genuinamente acolhedor e garanta o bem-estar da criança em situação de risco pessoal e social. Ou seja, esse acolhimento não deve se limitar à garantia de necessidades básicas e condições mínimas de conforto, e sim, oferecer suporte afetivo para que a criança acolhida alcance o desenvolvimento saudável (Brasil 1990; Brasil, 2009a; Brasil, 2009b; Feijó & Oliveira, 2016; Pedroso *et al.*, 2016).

De acordo com Winnicott (1965/2011), a natureza humana é dotada de uma tendência inata ao desenvolvimento. Mas, para isso, faz-se necessário que o ambiente, que circunda a criança, favoreça esse desenvolvimento. As relações que se estabelecem, especialmente com os cuidadores primários ou com aqueles que pretendam substituí-los, devem inspirar o mínimo de confiabilidade, pois, sem esta, o amadurecimento da criança não acontece, ou acontece com perturbações. A criança atribui sentido ao mundo externo ao passo que este lhe seja gradativamente apresentado. Suas necessidades devem ser identificadas e atendidas pelos seus cuidadores, sejam eles: a mãe, a família extensa ou uma instituição. É determinante, para que haja desenvolvimento, a adaptação às demandas da criança.

Toda criança tem que recriar o mundo, mas isso só é possível se, pouco a pouco, o mundo for se apresentando nos momentos de atividade criativa da criança. A criança procura algo

e encontra o seio, e criou-se o seio. O sucesso dessa operação depende da sensibilidade da adaptação da mãe, ou de quem a substitui, às necessidades da criança, sobretudo no começo (Winnicott, 1965/2011, p. 16).

Serralha (2016) alerta para a complexidade do conceito ambiente na perspectiva winnicottiana. Segundo a autora, em uma das formas de compreendê-lo, o ambiente facilitador se refere à atmosfera produzida pela relação mãe-bebê, especialmente quando esta organização culmina em condições físicas e psicológicas que favoreçam o amadurecimento saudável. Para Araújo, (2007, p. 20) “[...] esse ambiente é, no início, ‘absolutamente e depois relativamente importante’ e, além de ser necessário, se não for suficientemente bom, pode enfraquecer e até interromper o amadurecimento de recursos do bebê”. Essa afirmação chama a atenção para que, embora a criança dê os primeiros sinais de autonomia, o ambiente continuará exercendo uma considerável importância para a manutenção do desenvolvimento. Portanto, é possível afirmar que, mesmo quando o que está em pauta é o cuidado de crianças maiores em instituições, as características ambientais, nesse sentido, são imprescindíveis.

Atentar para a qualidade do ambiente ofertado em instituições de acolhimento, é uma forma de otimizar um serviço, cada vez mais solicitado pela comunidade. Um estudo demográfico (Ferreira, 2014) retrata uma significativa população de crianças institucionalizadas no Estado de Minas Gerais, que chegou em 2010, a 5.101 crianças. Esse número tão expressivo acena para uma reflexão sobre a prática, sobre a substituição de um ambiente familiar considerado inóspito e arriscado, por um ambiente institucional cuja responsabilidade é a de superar o anterior no provimento de cuidados e atendimento às necessidades infantis, que, certamente, não se resumem aos aspectos fisiológicos. Compreender se esse papel se cumpre e atende às especificidades de cada caso acolhido, torna-se um desafio. Estudos sugerem que, uma forma de se conhecer a fundo essa problemática é considerar, em pesquisas científicas, os relatos de crianças que vivenciam o

processo de institucionalização. Pedroso *et al.* (2016) atentam para a escassez de estudos com esses participantes e para a relevância inerente às informações que eles podem produzir. Vasques *et al.* (2014) afirmam que, ao se desenvolver estudos qualitativos nos quais os participantes sejam crianças, é possível acessar conteúdos que por outras vias se fazem inacessíveis, além de permitir às crianças que se expressem e tornem conhecidas as suas necessidades.

Embora existam políticas públicas que norteiem o processo de acolhimento institucional com diretrizes bem definidas, pesquisas que contemplem o tema são relevantes, pois podem servir como forma de avaliar continuamente, como essas políticas são implementadas nas instituições acolhedoras. Cada instituição pode apresentar características bastante particulares, sobretudo considerando aspectos culturais e sociais. Diante disso, o objetivo do presente estudo foi compreender o sentido que a criança institucionalizada atribui à sua situação de acolhimento. Além disso, buscou-se conhecer a rotina praticada na instituição, o ambiente ofertado aos acolhidos e o modo como as crianças participantes se relacionam entre si e com os cuidadores.

## **Método**

### **Tipo de estudo**

Este é um estudo empírico, descritivo, de corte transversal e caráter qualitativo. O método empregado, segundo Turato (2005), permite que o pesquisador, no *setting* investigado, identifique sentidos ou interprete fenômenos, na forma como são significados pelos sujeitos que os vivenciam. O caráter empírico presente neste estudo buscou retratar, com fidedignidade, a atmosfera vivenciada diariamente pelos participantes no contexto institucional.

## **Cenário da pesquisa**

Os dados da pesquisa foram coletados em uma Casa-Lar<sup>1</sup> (Brasil, 2009a), de uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais. A instituição acolhe crianças vítimas de negligência, violência e abandono, desenvolvendo suas atividades, com base no que está disposto no ECA (Brasil, 1990) e na Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009b), instrumentos que regulamentam o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil. O objetivo é atender ao melhor interesse da criança e do adolescente acolhidos, garantir seus direitos e superar condições desfavoráveis, no nível de proteção social especial de alta complexidade. À época da coleta de dados, estavam acolhidas na instituição, seis crianças e uma adolescente.

## **Participantes**

Participaram do estudo cinco crianças submetidas à proteção social especial de alta complexidade, por terem sido vítimas de negligência por parte dos cuidadores primários. Por decisão judicial e, como medida protetiva, estavam afastadas temporariamente do convívio familiar, até que houvesse condição para o retorno à família de origem, ou direcionamento para família extensa ou substituta (Brasil, 1990; Brasil, 2009b). O perfil das crianças acolhidas na instituição remete à vulnerabilidade socioeconômica, entretanto, o estudo não se valeu desse aspecto para distingui-las como participantes. Para a definição amostral, foi empregada a técnica de amostragem intencional, na qual se busca, propositadamente, por participantes que apresentem atributos essenciais para conduzir o pesquisador ao alcance de seus objetivos. Para determinar o

---

<sup>1</sup>O manual de orientações técnicas para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, define *Casa-Lar* como: um serviço de acolhimento provisório, oferecido em residências, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes. O número de usuários acolhidos nessa modalidade, deve ser de, no máximo, dez indivíduos por equipamento.

número de participantes foi adotado o critério de exaustão, o que significa abarcar “[...] todos os que faziam parte do universo definido pelo pesquisador” (Fontanella *et al.*, 2008, p. 22). Desse modo, todas as crianças amparadas pela instituição, na ocasião da coleta dos dados e compatíveis com os critérios de inclusão, participaram do estudo. Ou seja, crianças com mais de dois anos e meio, já capazes de responder melhor aos instrumentos adotados (Mousinho *et al.*, 2008) e, menos de onze anos e onze meses, pois, segundo o ECA, são consideradas crianças pessoas com até doze anos de idade incompletos (Brasil, 1990). A Tabela 1, caracteriza os participantes em termos de sexo, idade, tempo de acolhimento (na ocasião da coleta de dados) e motivo do acolhimento. A sequência em que eles aparecem na tabela, corresponde à ordem em que foram submetidos à aplicação das técnicas de coleta.

**Tabela 1.**

Caracterização dos participantes do estudo (N=5).

<b>Código</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de acolhimento</b>	<b>Motivo do acolhimento</b>
C1	Feminino	11 anos	2 meses	Negligência
C2	Masculino	3 anos	2 meses	Negligência
C3	Masculino	7 anos	2 meses	Negligência
C4	Masculino	5 anos	2 meses	Negligência
C5	Masculino	5 anos	5 meses	Negligência

## **Procedimentos**

Para os procedimentos de coleta de dados, considerou-se a imprescindibilidade de zelar pela segurança das crianças, salientada por Vasques *et al.*, (2014). O projeto foi apresentado à instituição, momento em que a responsável e a equipe técnica foram informadas sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da investigação, solicitando-se em seguida, a autorização para a execução do trabalho. Após apreciação do projeto, a autorização foi concedida. O passo seguinte

foi o encaminhamento do projeto à Vara da Infância e Juventude da Comarca local, a fim de requerer o deferimento para o desenvolvimento da pesquisa. Anexadas as referidas autorizações, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e, após tramitação, recebeu aprovação sob o parecer número 2.590.228. De posse do parecer favorável, foi realizada uma nova visita à instituição, para, junto à equipe técnica, agendar os momentos de coleta de dados, buscando afetar o mínimo possível a rotina da casa e das crianças. Na oportunidade, foram colhidas as assinaturas nos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido.

### **Coleta de dados**

Foram feitas oito visitas à instituição para a realização dos procedimentos de coleta de dados. As quatro primeiras foram destinadas à *Observação Participante* (Orionte, 2004). Cada sessão de observação durou cerca de 90 minutos, em dias da semana e horários diferentes, com o objetivo de conhecer a instituição de forma ampla. Ao final das sessões foram redigidos relatórios, com o objetivo de descrever detalhadamente o ambiente físico e a rotina da instituição, aspectos que figuram como cenário para o relacionamento das crianças acolhidas entre si e com os cuidadores.

Após concluída a fase de observação, os dados foram coletados junto à criança participante. Inicialmente, foi realizada uma sessão de *Entrevista Lúdica* (Werlang, 2009) com a criança acolhida. Diversos brinquedos e materiais escolares foram disponibilizados para que se pudesse brincar livremente, objetivando a expressão espontânea e projeção de sentimentos durante a brincadeira. Ao final de cada entrevista lúdica também foi confeccionado um relatório para análise posterior.

Após as entrevistas lúdicas, foram realizadas *Entrevistas Semiestruturadas* (Rosa *et al.*,

2010). A partir das respostas às questões norteadoras, foi possível conhecer relatos inerentes à dinâmica, às relações e aos modos de cuidados da instituição. A entrevista semiestruturada interagiu com as demais técnicas de coleta do estudo, numa relação de complementaridade, agregando a percepção direta do sujeito de pesquisa frente ao fenômeno investigado. Apesar do caráter diretivo implícito no termo *entrevista*, o instrumento se faz flexível em sua aplicação, o que permite a emergência espontânea de conteúdos importantes para a criança entrevistada. As entrevistas foram registradas em áudio e transcritas imediatamente após o término do procedimento.

### **Análise dos dados**

A transcrição das entrevistas semiestruturadas, os relatórios das sessões de observação participante e das entrevistas lúdicas foram reunidos e organizados a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977/2016), nas suas vertentes Temática e da Enunciação. Com base na análise temática, as transcrições e relatórios foram fragmentados, e esses fragmentos recompostos em grupos categoriais, conforme foram identificadas relações entre eles. Para alcançar elementos que não foram verbalizados, mas comunicados de alguma outra forma, fez-se o emprego da análise da enunciação, que possibilita vislumbrar para além da palavra dita, o sentido do que motivou a expressão dela, ou até mesmo, a opção de silenciá-la.

Assim, os dados reconhecidos por meio da análise da enunciação, complementaram os registros obtidos a partir da análise temática e enriqueceram o *corpus* da pesquisa. Os dados dispostos desse modo permitiram ao pesquisador entrar novamente em contato com o objeto pesquisado, entretanto, depois, no formato de texto.

Para alcançar os objetivos propostos, a análise dos dados foi fundamentada no referencial teórico psicanalítico winnicottiano. As formulações de Winnicott sobre psicanálise com crianças, maternagem e amadurecimento emocional, a relação com o ambiente, e crianças em situações de privação e abrigo, oferecem subsídios para a interpretação dos dados coletados para este estudo (Winnicott, 2005).

### **Resultados e discussão**

Após os procedimentos de coleta, a organização dos dados coletados favoreceu que emergissem quatro eixos temáticos: (1) O ambiente instituição; (2) O porquê do acolhimento e a chegada na instituição; (3) Expectativas para a permanência na instituição e (4) Perspectivas para o desligamento e reinserção familiar. Porém, antes de discuti-los, algumas peculiaridades referentes aos participantes devem ser apresentadas, pois são relevantes para a compreensão dos resultados encontrados.

Com exceção de C5, que aos cinco anos de idade vivenciava o seu segundo acolhimento, as quatro outras crianças compunham um grupo de irmãos. C1, C2, C3 e C4, além da irmã, uma bebê com 18 meses à época da coleta de dados, que justamente por essa razão não foi selecionada como participante, haviam sido acolhidas em conjunto por estarem vivendo em situação de risco.

Todos os participantes do estudo se encontravam em situação de acolhimento, por terem sofrido negligência por parte de seus cuidadores primários. Ou seja, cuidados básicos e necessários ao desenvolvimento saudável lhes eram recusados. As razões para tal negligência parecem estar associadas ao consumo nocivo de substâncias psicoativas e outras práticas ilícitas por parte dos

cuidadores.<sup>2</sup> A negligência identificada nos casos de acolhimento dessa instituição, ilustra o que as pesquisas recentes têm apresentado como principal motivação para a institucionalização de crianças (Trivellato, Carvalho & Vectore, 2013; Altoé & Silva, 2013; Cavalcante *et al.*, 2014; Cruz *et al.*, 2014; Maciel *et al.*, 2017).

Conhecer o sentido que a criança institucionalizada atribui à sua própria condição de acolhimento – um dos objetivos propostos para esse estudo – passa pela compreensão do que se entende, conceitualmente, por *sentido*. Goldgrub (2011, p. 89) discute essa terminologia sob o espectro psicanalítico e se refere a ela como algo que está para além de um dado mnêmico objetivo. Para que as informações concretas sejam aprendidas e ganhem significado consciente é necessário que elas possam se ancorar em um sentido, construído *a priori*. Segundo o autor, “[...] é possível postular que o sentido supõe a interpretação propriamente dita”. Ou seja, a construção do sentido é um processo subjetivo e se relaciona com as experiências vivenciadas por aquele sujeito que o constrói. Para se examinar o sentido que a criança construiu para a vivência da institucionalização, seja do lugar de analista, ou na condição de pesquisador, é necessário que, conforme recomendação de Barretta (2009), se considere a biografia particular do indivíduo em questão. Portanto, diante dessas concepções, torna-se possível inferir que, o sentido atribuído pela criança ao acolhimento, não está, necessariamente, associado à compreensão desse processo, mas à maneira como ele é interpretado por ela e relacionado, mesmo que inconscientemente, a registros anteriores.

### **O ambiente instituição**

A casa-lar pesquisada é uma organização não governamental mantida com recursos provenientes de uma instituição religiosa e de doações da comunidade. A instituição acolhe

---

<sup>2</sup>A informação obtida – em conversas complementares com a equipe técnica da instituição – é de que os cuidadores dos acolhidos estariam, de algum modo, em conflito com a Lei.

crianças e adolescentes de ambos os sexos do seguinte modo: entre 0 e 18 anos, se do sexo feminino, e entre 0 e 8 anos se do sexo masculino. A adoção desse critério tem por objetivo garantir a segurança de crianças menores. Acolher crianças de ambos os sexos e em qualquer idade, especialmente na puberdade e adolescência, quando as descobertas sexuais acontecem, exige uma estrutura mais adequada do que a atual. Com base nisso, os gestores da instituição entendem que o mais prudente é deixar que serviços de acolhimento exclusivos para meninos, que se fazem presentes no município, ocupem-se dessa demanda.

A casa-lar é localizada em uma área residencial, e possui padrão arquitetônico equivalente às demais residências da comunidade. A casa é composta por: três quartos para meninas; um quarto para meninos; um quarto com banheiro destinado às cuidadoras sociais e crianças de colo; duas salas de visitas; uma sala de TV; uma sala de atendimento psicossocial; uma cozinha; um banheiro feminino; um banheiro masculino e um banheiro social destinado às cuidadoras. A área externa é composta por uma área coberta por varanda, utilizada como lavanderia, refeitório e espaço para brincadeiras, e outra parte descoberta, utilizada para momentos de recreação e visitas familiares. A casa conta também com uma outra varanda, na qual se desenvolvem atividades escolares e psicomotoras.

A casa é coordenada por uma pessoa do sexo feminino, que reside na instituição, e se dedica exclusivamente ao cuidado dos acolhidos. Além de atender ao previsto nas orientações técnicas para o serviço (Brasil, 2009a), esse modo de trabalho se assemelha aos *pequenos asilos*, modelo de instituição proposto por Winnicott (1965/2011). Seriam eles: casas dirigidas, se possível, por um casal, e aberta ao recebimento de crianças de várias faixas etárias. Ainda no mesmo texto, o autor orienta que “O cuidado de crianças é uma atividade que exige atenção integral, deixando os indivíduos que a ela se dedicam com poucas reservas emocionais para lidar com os procedimentos

administrativos ou com as grandes questões sociais representadas [...]” (Winnicott 1965/2011, p. 200). Para esses procedimentos, a instituição conta com uma equipe técnica, formada por uma assistente social e uma psicóloga, que não só oferece cuidado aos acolhidos, mas também, faz o intermédio nos diálogos entre instituição e família e, instituição e judiciário. Isso permite dedicação total das cuidadoras às necessidades apresentadas pelos acolhidos.

A rotina praticada na instituição parece imitar a uma rotina familiar convencional, mantendo uma relativa flexibilidade de regras e horários. Com todos os participantes em idade escolar, a coordenadora se encarrega de conduzi-los nos trajetos de ida para escola e retorno para casa. Os momentos de recreação, repouso e alimentação são intercalados com os momentos de estudo, dentro e fora da casa-lar. Eventualmente, aos finais de semana, são organizados passeios coletivos, idas ao templo para cerimônias religiosas e, no caso de um dos acolhidos, programas com padrinhos afetivos.

A organização e limpeza da casa, é realizada pela própria coordenadora, mas conta com a colaboração de voluntários, como foi possível observar durante as visitas para coleta de dados. Entretanto, notou-se no relato de uma criança, que participar da conservação da casa, faz parte das tarefas vivenciadas pelos acolhidos. A participante identificada como C1, foi acolhida em um contexto em que ela desempenhava o papel de cuidadora dos irmãos mais novos e era responsabilizada pelas tarefas domésticas. Questionada se, na instituição, ela continuava a realizar esse tipo de tarefa, ela responde:

*Ah... tem hora que eu limpo o balcão, o fogão... mas é de vez em quando (C1).*

*Isso por que você quer limpar ou por que alguém lhe pede? (Pesquisador).*

*Ah por que a Tia [coordenadora] fala que é regra da casa (C1).*

*Cada um arrumar a sua própria bagunça? (Pesquisador). É!(C1).*

Esta *regra da casa*, como colocado pela por C1 parece ter uma intenção meramente educativa. Em outro momento da entrevista, quando C1 foi motivada a falar sobre as diferenças

entre sua casa e a instituição, ela disse: “*Mas aqui eu brinco, aqui eu não arrumo casa, não olho menino, aqui eu não fico sozinha, só!*”. Cabe ressaltar que, durante a entrevista lúdica, C1 brincou pouco e explorou minimamente os brinquedos disponíveis. Segundo Winnicott (1965/1979, p. 170), “Normalmente, as brincadeiras infantis são grandemente enriquecidas pelas ideias e pelo simbolismo sexuais e, se houver uma forte inibição sexual, seguir-se-á uma inibição lúdica”. Em informações preliminares que antecederam a coleta de dados junto a essa participante, a equipe técnica da instituição alertou para uma suspeita de violência sexual contra C1, que, inclusive, já era alvo de intervenção psicológica. Segundo Winnicott:

A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em conseqüência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é desenvolvido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que ele não é capaz de brincar para um estado em que o é (Winnicott, 1971/1975, p. 65).

Entende-se, portanto, que a afirmação “*Mas aqui eu brinco [...]*”, dita com espontaneidade, indica que o cuidado ofertado no ambiente institucional, associado à psicoterapia como cuidado complementar, representaram, neste caso, condições suficientes para a recuperação e a continuidade do desenvolvimento da criança.

O ambiente institucional pesquisado, em termos de relacionamentos interpessoais, mostrou-se, na maior parte das observações, afetuoso. As manifestações de carinho e trocas de carícias como beijos, abraços e colo, foram notadas em abundância, em todas as visitas à casa-lar, e envolviam, principalmente, a psicóloga e a assistente social da instituição. Também foram observados episódios em que as regras foram pontuadas com certa austeridade e foram respondidas com respeito pela criança acolhida. As relações entre crianças e adultos, dentro da instituição, pareceram, em geral, livres de conflitos. Já no relacionamento dos acolhidos entre si, foram notadas algumas divergências, comuns em contexto familiar. Um exemplo delas foi manifestado pela criança C4, que, durante a entrevista lúdica, disse que C5 o “*fez raiva*”. O pivô do conflito teria

sido uma disputa pela escolha do canal de TV. Outras confusões de natureza semelhante foram observadas em outros momentos, mas as cuidadoras restabeleceram imediatamente o controle.

Uma fala de C1 revelou o conflito vivenciado por ela, por ter de conviver com pessoas desconhecidas. Ao descrever a sua experiência na casa lar e como ela se sentia em meio aos demais acolhidos, ela exclamou: *“Estranho né. Não conheço... tem que dormir no mesmo quarto”*. Esse incômodo também foi notado na pesquisa de Figueiredo e Aragão (2013), na qual as participantes eram adolescentes do sexo feminino, que contavam as suas vivências de quando eram crianças acolhidas. O desconforto da perda da intimidade característica de um ambiente familiar, no entanto, não foi abertamente relatado pelos demais participantes. C5, de cinco anos, relatou achar *“divertido”*, enquanto C2, de três anos, disse que morar na instituição *“É mais bão!”*. Em outro momento, disse: *“minha casa é ati [aqui]”*. As crianças menores, demonstraram maior adaptação e afirmaram gostar da casa-lar. No caso de C2, esse sentimento de identificação talvez estivesse associado à presença constante de C1, sua irmã de onze anos, que se responsabilizava pelo cuidado de todos os irmãos mais novos.

Por outro lado, C3, de sete anos, quando questionado se gostava do ambiente da instituição, respondeu com pouco entusiasmo: *“Um pouquinho”*. C3 apresentou resistência para responder aos questionamentos associados à condição de acolhimento e esquivou-se ao máximo, evidenciando a sua insegurança e inadaptação àquela situação, além de se mostrar angustiado durante a entrevista semiestruturada, o procedimento mais diretivo da coleta de dados. C1 relatou sentir-se melhor cuidada na instituição, do que na própria casa. Porém, todos os participantes, inclusive ela, expressaram o desejo de retornar às suas casas, mesmo que tenham mencionado sentimentos de bem-estar, em referência ao ambiente institucional. C5, por exemplo, disse não achar ruim ter que ficar na instituição, indicando adaptação. Na sequência, ele complementou: *“[...] mas só que eu*

*acho bom morar com minha mãe*”. Assim como em outros estudos desenvolvidos em instituições (Figueiredo & Aragão, 2013; Maciel *et al.*, 2017; Trivellato *et al.* 2013), percebeu-se que os acolhidos manifestaram sentimentos ambivalentes direcionados à condição de acolhimento vivenciada.

### **O porquê do acolhimento e a chegada na instituição**

A chegada de uma criança a uma instituição, é marcada por uma atmosfera de muita tensão. Independentemente da razão pela qual o acolhimento esteja acontecendo, a criança é levada por desconhecidos, para um lugar estranho, contra a sua vontade e a de seus cuidadores principais. Descrever o porquê daquela condução para a criança, especialmente quando ainda são muito pequenas, faz-se uma tarefa de enorme complexidade. C3, ao ser questionado se sabia por que tinha sido levado para a casa-lar, não encontrou palavras que pudessem descrever como compreendia aquele momento e nem mesmo o que sentia: *“olhou para o pesquisador com os braços encolhidos e as palmas das mãos voltadas para cima”* (Relato do pesquisador). Com um semblante de dúvida e visivelmente angustiado, voltou seus olhos para o seu desenho, que disse estar fazendo para a sua mãe, e continuou a colorir. As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento já preveem esse tipo de reação. Segundo o documento, *“Muitas crianças e adolescentes desconhecem ou não compreendem o motivo pelo qual foram afastadas do convívio familiar[...]*” (Brasil, 2009a, p. 50). Em situações como essa, é fundamental que se oportunize a expressão desses sentimentos, por meio da escuta atenta e acolhedora, não somente da equipe de psicólogos e assistentes sociais, mas também por meio da oferta de espaços e momentos para o brincar, recurso ideal para a comunicação com crianças pequenas.

C4, durante a entrevista lúdica, brincava com uma família de animais e construiu uma cena que fazia alusão às experiências conflituosas vivenciadas no ambiente que precedeu ao acolhimento. Durante a brincadeira, verbalizou:

*[...] aí veio uma espada grandona, aconteceu isso com as criancinhas, derrubou (C4).  
Aconteceu o que com as criancinhas? (Pesquisador). Bagunçou tudo a casa (C4).  
O que aconteceu com a casa?(Pesquisador). Bagunçou, quebrou tudo (C4).  
Qual casa? (Pesquisador). A casa das crianças (C4).  
E as crianças ainda moram nessa casa? (Pesquisador). Sim (C4).  
E elas estão felizes ou tristes?(Pesquisador). Feliz (C4).  
Por que elas estão felizes?(Pesquisador). Porque não briga (C4).  
O que você está fazendo agora?(Pesquisador). Arrumando uma casinha pra um [filhote] sozinho. É por causa que agora tá ficando de noite e vai chover. Porque esse daqui passa muito frio quando chove. Pra eles também brincar um pouco. [Brincando] já passou a chuva! (C4).*

Percebe-se, nesse relato, que o ambiente descrito pelo participante é interpretado por ele, como condicionante para que os que ali convivem se sintam bem ou não. Na história criada por C4, o clima é de confusão e desentendimentos. Com a brincadeira, a criança conseguiu informar, como se sente desamparado diante das situações de conflito, que, para ele, seriam tão assustadoras quanto uma tempestade. O brincar serve à finalidade de harmonizar possíveis dissociações produzidas pela incompatibilidade das realidades interna e externa. Com a brincadeira, há a elaboração da angústia advinda do trauma, transportando-a para a atividade concreta (Belo & Scodeler, 2013; Freitas, 2016). Segundo Winnicott (1971/1975, p. 89), “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*)”. No mesmo texto, o autor afirma que, exceto a comunicação direta, o brincar é a única forma possível com a qual a criança pode comunicar sintomas de adoecimento psíquico ou graus severos de imaturidade.

Com o intuito de obter algumas informações de forma direta, durante a entrevista semiestruturada, ao ser perguntado a C5, por que ele havia ido morar na instituição, ele disse ter

sido levado pelo “*conserto tutelar*” (SIC). Ao ser indagado sobre o que seria o *conserto* tutelar, o participante respondeu: “*Eles sabe onde é a casa dos menino[...] aí eles que leva a gente. É o juiz que[...], quando que nós sai, é o juiz que decide*”. É possível perceber, nesse relato, que o participante compreende a parte do processo de acolhimento que reza que, a decisão sobre a permanência da criança na instituição parte do juiz, uma figura suprema de autoridade, dado similar aos discutidos em outro estudo (Maciel *et al.*, 2017). Apesar de sentir e transmitir em sua fala, o caráter coercitivo empregado pelos Conselheiros Tutelares ao levá-lo para a casa-lar, demonstra desconhecer as razões pelas quais fora levado. Entretanto, é interessante atentar para a utilização da palavra *conserto* em substituição a *conselho*. É natural que uma criança de cinco anos não domine o conteúdo semântico da palavra *conselho*, e, além de haver uma sonoridade aproximada entre os dois vocábulos, parece que a ideia de consertar algo que estava errado era mais compreensível para eles naquele contexto. Como coloca Goldgrub (2011, p. 89), na construção de um enunciado “[...] cada palavra ‘puxa’ suas vizinhas”. Mas além disso, e não apenas coincidentemente, a palavra que se avizinhava de *conselho*, e que foi empregada pelo participante, remetia ao reparo, à restauração de algo. Logo, faz-se a inferência de que, mesmo não sendo capaz de organizar, na consciência, a razão pela qual fora levado para a instituição, C5 dava o sentido de necessidade de reestruturação para o acolhimento vivenciado.

Mesmo sendo a criança mais velha entre os participantes, já vivenciando a puberdade, C1, quando questionada se conhecia a razão para ter sido acolhida, respondeu: “*Eu não sei. O conselho tutelar chegou lá de repente, me trouxe, eu nem... eu nem sei*”. Em outro momento da entrevista, ela tentou explicar o porquê da necessidade de se acolher crianças em instituições. Iniciou o seu relato em terceira pessoa, mas logo se reconheceu naquele contexto e passou a contar a sua história. Hesitante, disse entender que as instituições acolhem:

*Por... por que a mãe não cuida? (C1). Você acha que é? (Pesquisador).  
 É... eu acho que é (C1). E sua mãe não cuidava de você? (Pesquisador).  
 Cuidava [risos] mas talvez não era o jeito certo (C1).  
 E como é o jeito certo? (Pesquisador). Hum... deixa eu ver... aí você me apertou (C1).  
 E como é que você era cuidada... e que você acha que não era o jeito certo? (Pesquisador).  
 Por que minha mãe me fazia arrumar a casa né, 24 horas... e... deixa eu ver.... fazia eu  
 olhar a [nome da irmã de 18 meses], saía e deixava nós só. Só isso (C1).*

Já C3 disse compreender a função do acolhimento em instituição e, para explicá-la, elaborou a seguinte hipótese: “*Porque se eu não tivesse mãe nem pai, aí aonde que eu ia morar? Aí ia ter que [...] aí eles ia me pegar*”. Em seguida, o participante descreveu um possível desfecho para o exemplo construído. Diante da impossibilidade de ser cuidado pela família de origem, a instituição deveria “*Me levar pra uma família... ou eu fic... ou eu moro... fico mo-rando aqui... Igual essa massinha [de modelar]!*”. As narrativas de C3, quando se tratavam especificamente da condição de acolhido, separado do convívio parental, foram sempre construídas sob muita ansiedade. Não foram raras as tentativas de se esquivar dos questionamentos ou de os responder com absoluta objetividade, sem abertura para diálogos mais reflexivos. No entanto, na entrevista lúdica, explorou com avidez os materiais disponíveis, o que tornou possível e, menos agressiva, a coleta de dados.

A negligência infantil, como porquê do acolhimento de crianças, refere-se, segundo as literaturas científica e jurídica, a um conjunto complexo de problemas que se sobrepõem. Trata-se de uma diversidade de privações, que frequentemente terminam por comprometer a funcionalidade do núcleo familiar, incapacitando-o de se fazer um ambiente de provisão suficiente. A insuficiência econômica, a violência, o abandono, consumo de álcool e outras drogas e a prisão dos cuidadores estão entre as razões mais recorrentes para o acolhimento (Brasil, 1990; Rizzini, 2006; Figueiredo & Aragão, 2013). Essa descrição confirma a hipótese de C3, e também a suspeita levantada por

C1, quando diz: “*por que a mãe não cuida?*”, e na sequência, quando falou sobre si própria e se inscreveu em um contexto semelhante.

### **Expectativas para a permanência na instituição**

O tempo em que a criança deve permanecer acolhida em uma instituição, deve ser o menor possível, justamente para que ela possa fazer uso de seu direito de convivência familiar, seja com os seus vínculos parentais consanguíneos, família extensa ou, família substituta, de modo a fazer cumprir o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Nova Lei da Adoção (Brasil, 1990; Brasil, 2009b). Os prejuízos de uma institucionalização longa, têm sido tão seriamente considerados, que a discussão acerca da intensificação da brevidade com a qual o serviço deve ser realizado, culminou em uma alteração na legislação, que limitou o acolhimento ao tempo máximo de 18 meses (Brasil, 2017).

A exigência de que o tempo a se permanecer em uma instituição seja o menor possível, visando o melhor interesse da criança e a manutenção de seu desenvolvimento, encontra sustentação na teoria winnicottiana. Serralha (2016, p. 26) explica que, nessa abordagem, desde o ventre materno, o indivíduo coloca “em marcha as tendências inatas para o seu amadurecimento”, e há a urgência de “que o ambiente sustente sua marcha e a facilite”. Uma instituição pode ser capaz de exercer esse papel provisoriamente, mas não permanentemente. É necessário que a reinserção familiar aconteça, de modo a que a criança possa desfrutar de um ambiente que, definitivamente, atenda suficientemente às suas necessidades para o desenvolvimento.

O desejo de retornar ao seio familiar foi expresso pelos participantes, em forma de comunicação direta, e durante as brincadeiras nas entrevistas lúdicas. C2, ao brincar com as famílias de animais, utilizou um cercadinho para encurralar alguns filhotes e, em determinado momento, simulava que um pequeno cavalo mordia a *porteira*. Instigado a explicar o

comportamento do cavaleiro, C2 respondeu: *“Porque ele não gosta de porteira”*. Havia um tom de agressividade na verbalização dessa resposta. Em outro momento o cavalo derrubou a *porteira* e fugiu. Segundo C2, o cavalo fugiu *“lá pro vermelho”*. No início da brincadeira, enquanto exibia o seu conhecimento acerca dos nomes das cores, disse que vermelha era a cor da casa de sua mãe. Outro participante, C3, quando brincava com massinha de modelar, manipulou um pequeno molde que se assemelhava a um caminhão, mas foi, pela criança, interpretado como uma chave. Durante a brincadeira a seguinte frase foi dita por ele: *“uma chave para abrir a portinha da minha casinha”*.

Foi possível observar, a associação, embora indireta, entre o ambiente institucional, que priva a liberdade, e o desejo da criança de reencontrar com sua mãe. O sentimento de estar aprisionado também foi mencionado em outros estudos, entretanto, de forma mais contundente, com classificação da instituição como um lugar ruim, por parte dos participantes, e episódios de fuga (Trivellato *et al.* 2013; Figueiredo & Aragão, 2013; Maciel *et al.*, 2017). Outro ponto de confluência entre o presente estudo e os acima citados, é o desagrado dos participantes, por não poderem se deslocar e brincar livremente pela comunidade. É possível deduzir que, a ausência de controle, ou o controle reduzido dos cuidadores principais, na rotina de seus filhos, era interpretado pela criança, como liberdade, *benefício* que, com o acolhimento fora suprimido.

Questionado sobre, como se sentia tendo de permanecer na instituição, C3 hesitou e respondeu: *“Eu acho... bão. Um pouquinho”*. Questionado sobre até quando ele precisaria permanecer vivendo na casa-lar, a resposta emergiu em um clima de leve irritação: *“Eu não sei. Eu sei um pouquinho essas coisas, mas não sei muito não. Eu não sei que dia que eu vim, eu não sei que hora que eu vou embora. Eu não sei porque eu tô aqui”*. Essa fala expressa clara e objetivamente um sentimento que não diz respeito apenas ao participante que a verbalizou. Observou-se, em todos os participantes, que não há compreensão absoluta de nenhum desses

pontos elencados por C3: a razão para o acolhimento, o tempo de acolhimento vivenciado, nem mesmo uma provável data para o desligamento.

No tocante a como se sentia por ter que permanecer na instituição, C1 respondeu se expressando de forma categórica: *“Ah, é bom! Poderia tá em lugares piores”*. Os lugares piores, aos quais ela se refere, são outras instituições acolhedoras do município. C1 obteve essas informações, por meio de um colega de classe que esteve acolhido em uma delas. A partir disso, ela construiu uma imagem da outra instituição: *“[...] ele fala que lá é ruim. Que lá eles não faz um passeio, porque é muita gente”*. Tais afirmações lhe serviram de ponto de comparação: *“Aqui eu não posso mexer no telefone, eu não posso ir pra fora, só”*. Segundo Figueiredo e Aragão (2013), é natural que os acolhidos, principalmente crianças maiores e adolescentes, queixem-se de falta de liberdade e rotinas maçantes. A instituição pesquisada, além de oferecer passeios esporádicos, organiza o dia-a-dia maleável, de acordo com as possibilidades. Desse modo, com a presença de um cuidador residente, visa cumprir, segundo as orientações técnicas para o serviço “uma rotina mais flexível na casa, menos institucional e próxima a uma rotina familiar, adaptando-se às necessidades da criança/adolescente” (Brasil, 2009a).

### **Perspectivas para o desligamento e reinserção familiar**

Desligar a criança da instituição de acolhimento, deve obedecer, do ponto de vista técnico, a uma série de critérios. É necessária a avaliação da equipe de profissionais do serviço, e a discussão desta, com a Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar demais órgãos da rede, que por ventura estiverem envolvidos. Posteriormente, a equipe técnica deverá articular o apoio à criança a ser desligada e à família que a receberá, seja ela, a de origem, extensa ou acolhedora (Brasil, 2009a).

Entretanto, muito antes que essas decisões burocráticas se materializem em uma mudança na vida da criança acolhida, a ideia de deixar a instituição já se configura um potencial gerador de ansiedade. É esperado que os conflitos familiares se intensifiquem, que os pais e familiares disputem a guarda, até que haja uma decisão sobre o destino da criança. Do lado de dentro da instituição, como foi possível constatar com essa pesquisa, a expectativa mais frequente nas narrativas dos participantes desse estudo, sugere o desejo de retornar ao convívio com a mãe.

As entrevistas aconteceram poucos dias antes de uma audiência em que se determinaria o futuro daquele grupo de irmãos, o que provocava bastante aflição nos acolhidos, principalmente nos maiores. C1 dizia gostar da vida levada nos momentos que precederam o acolhimento, revelando em um momento: *“Tô até querendo ir embora”*. Contudo, para alcançar esse desejo, dependia da autorização judicial: *“Pra mim... tá me tocando muito que dia dez talvez eu saia. Eu oro e peço a Deus e Deus mostra que eu vou sair dia dez. No dia mesmo da audiência”*.

Diante da expectativa de C2, de retornar à sua casa, foi pedido a ele que a descrevesse. O ambiente *casa* foi imediatamente relacionado à sua mãe, mediante a exclamação: *“Minha mãe?!”*. Durante alguns segundos, ele pareceu buscar por palavras que fossem capazes de ilustrar o que sentia, e deu a seguinte resposta: *“É é é é tããããõ bão!”*. Transcrever essa resposta, conduziu o pesquisador a uma indecisão semelhante à da criança, frente ao desafio de transmitir em forma de texto – inevitavelmente o autor se permitiu transgredir a norma culta da língua – a expressão de tamanho contentamento do participante, ao revisitar a imagem materna.

C3, apesar de externar a sua contrariedade em estar acolhido e o seu desejo de voltar a conviver com sua mãe, mostrou ter ciência de que o caminho mais provável a levá-lo a deixar a casa-lar, seria ir morar com o seu pai. O pai da criança frequentava assiduamente a instituição, e

estava disposto a receber C3 e assumir<sup>3</sup> a responsabilidade de ser seu cuidador principal. Durante uma observação, em um dia de visitas familiares, o pai se encontrava presente e interagiu de forma espontânea e afetuosa com o filho. Ao responder aos questionamentos sobre onde morar após o desligamento da instituição, o participante disse: “*Pra casa do meu pai. Mas eu não conversei com o juiz*” (C3). A figura do judiciário se mostrou vívida nas fantasias deste participante, assim como nas de outros dois, como único responsável pelo desenrolar do processo de acolhimento.

Apenas uma das crianças participantes indicou que sua preferência era ser reintegrada à família extensa, justificando sua vontade, nos conflitos vivenciados por ela quando convivia com sua família de origem:

*E quando você sair daqui, você vai pra onde? (Pesquisador).*

*Hum... pra, pra roça do meu vô (C4).*

*E por que você precisa ficar aqui e não pode ir pra roça do seu avô ainda? (Pesquisador).*

*Por causa que... lá é muito ruim (C4). Por que lá é ruim? (Pesquisador).*

*Na casa da minha vó? Não, na minha vó é bão (C4). Onde que é ruim? (Pesquisador).*

*Na casa da... hum, da minha mãe (C4). Por que é ruim, lá? (Pesquisador).*

*Porque lá, eles também me faz raiva (C4). Quem te faz raiva? (Pesquisador).*

*Meus irmãos (C4).*

C4<sup>4</sup> não direcionou nenhuma queixa à sua mãe, mas, neste trecho, é possível deduzir que a genitora não era capaz de gerenciar e conter conflitos, que são naturais, principalmente em famílias com grandes grupos de irmãos, e restabelecer a ordem na casa. Durante uma visita de familiares à instituição, percebeu-se que essa criança, diferentemente das outras, recebia visitas de vários integrantes de sua família extensa, com os quais ele passou a maior parte do tempo, enquanto sua mãe dividia a atenção entre ele e os seus irmãos também ali acolhidos. Parecia haver interesse dos familiares em cativar a criança e tomarem, para si, o cuidado referente a ela.

<sup>3</sup> Após o término da coleta de dados, obteve-se a informação de que C3 havia sido reintegrado à família, indo morar com seu pai e a companhia dele.

<sup>4</sup> Após o término da coleta de dados, obteve-se a informação de que C3 havia sido reintegrado à família extensa, porém, em função de um grave conflito entre a mãe e os demais familiares, a criança precisou retornar ao acolhimento.

C5 foi a única criança que associou o desligamento da instituição, ao desejo de reencontrar-se com o seu pai<sup>5</sup>. Ele convivia exclusivamente com sua mãe até o momento do acolhimento. O participante justificou da seguinte maneira, a sua vontade de se desligar da instituição:

*É porque aqui não pode ver meu pai, né? É porque ele não pode ver nós. É a tia [coordenadora], eu acho que ela não sabe onde que é, né? E depende, se ela... não sabe ou porque ela não quer. Depende, eu não sei (C5).*

Esse trecho chama a atenção para a dúvida levantada pela criança em relação às intenções da instituição. Neste caso, a confiança do acolhido na instituição, parece ter sido questionada. Segundo Winnicott (1965/2011, p. 49), “[...] nessa fase, que rodeia os cinco anos, a criança apresenta certas características que nos incitam a tomar todos os cuidados para *não* abalar a confiabilidade de seu ambiente circundante”. Para o autor, o processo de amadurecimento que conduz o indivíduo à integração, depende da sensação de estar sendo cuidado, que se estiver ausente, implica na dolorosa experiência de “falta de confiança no ambiente” (Winnicott, 1993/1999, p. 140).

A expectativa de C1 era de retornar à sua casa de origem e retomar atividades que realizava antes do acolhimento. Entre as primeiras, jogar, segundo a própria criança, um jogo “*De construir coisas. Eu construo casa [...] lá no Minecraft® você compra móveis, as coisas. Compro geladeira, fogão, essas coisas*”. Estimulada a falar sobre o seu comportamento escolar, ela se qualificou como preguiçosa. Questionada se alguém já havia lhe chamado assim, ela respondeu: “*Não. Só a minha mãe [risos] [...] É por causa que ela colocava a gente pra arrumar os trem, e eu falava que não quero... que não vou arrumar, e ela falava que eu sou muito preguiçosa*”. Quando C1 descreveu o jogo “*De construir coisas*”, a menção feita a ele foi expressa com um certo entusiasmo. O jogo

---

<sup>5</sup>O pai de C5 cumpriu pena em uma unidade prisional em regime fechado, e passou um longo período sem se encontrar com a criança. Nas semanas em que os dados foram coletados, obteve-se a informação de que ele havia progredido para o regime de liberdade condicional e residia em uma cidade daquela região.

parecia ser uma versão divertida de sua rotina precoce de responsabilidades domésticas e foi elencado, pela participante, como uma das primeiras coisas que gostaria de fazer fora da instituição, por sua tamanha importância em dar vazão à angústia relacionada ao amadurecimento precoce.

Outro trecho do relato de C1, ilustra bem essa precocidade:

*É bom vir pra cá. Porque talvez, a mãe pode tomar juízo né, ou não... e cuidar mais de mim e da gente. [...] acho que vai ser diferente. Ela não vai sair e deixar nós sozinho. Vai... me ajudar mais nas coisas dentro de casa. E é isso.*

Winnicott alerta para o equívoco de se atribuir ao indivíduo responsabilidades incompatíveis com o seu grau de amadurecimento. Segundo o autor:

Se os adultos abdicam, o adolescente torna-se prematuramente, e por um falso processo, adulto. O conselho à sociedade poderia ser: por amor aos adolescentes, e à sua imaturidade, não lhes permitam crescer e atingir uma falsa maturidade, transmitindo-lhes uma responsabilidade que ainda não é deles, mesmo que possam lutar por ela (Winnicott, 1971/1975, p. 232).

Ressalta-se que a participante em questão é identificada no estudo como criança, porque é assim que se refere o ECA, às pessoas com menos de doze anos (Brasil, 1990), e a participante contava com apenas onze anos na época em que os dados foram coletados. No entanto, o postulado de Winnicott, sobre a falsa maturidade, parece se aplicar perfeitamente a este caso. Um caso em que, ainda na puberdade, a imaturidade, “um elemento essencial na saúde da adolescência” (1971/1975, p. 232), dera lugar a um senso de responsabilidade, que se coloca a serviço da busca pela preservação do amor da mãe.

Durante a entrevista lúdica com C1, ela manipulava um punhado de massinha de modelar, foi perguntada sobre o que ela estava modelando, e explicou que se tratava de um gato que a mãe lhe ensinara a fazer. Nesse momento, o pesquisador perguntou se ela sentia saudades da mãe. Sem dizer nenhuma palavra e com um semblante fechado, ela balançou a cabeça afirmativamente. Em outro momento da entrevista, havia revelado que, na casa-lar, gostava: “Ah... de brincar [risos]. E

*das pessoas*”. Estimulada a falar sobre as diferenças entre a instituição e a sua casa, a participante afirmou se sentir cuidada. Com um tom de voz baixo, quase um sussurro, admitiu sentir-se mais bem cuidada na casa-lar do que até pela sua própria mãe. Parecia dividida entre a compreensão de que não era devidamente cuidada e um sentimento de apreço incondicional pela mãe. Parecia se sentir pressionada a resolver a ambivalência vivenciada pela vontade de retornar ao lar e à autonomia até então conquistada, em contraponto à aflição de ter que se submeter às responsabilidades para as quais não havia maturidade suficiente.

### **Considerações finais**

Este artigo discutiu a prática do acolhimento institucional de crianças, partindo do ponto de vista destas e buscando compreender como elas constroem sentido para a experiência de institucionalização. Os resultados aqui obtidos, contrariam o exposto por Golin e Benetti (2013), que identificaram em uma instituição de acolhimento, aspectos ambientais que não favoreciam a interação saudável entre acolhidos e cuidadores, como por exemplo, uma rotina muito apressada e a identificação deficiente das necessidades apresentadas pelas crianças. Ao analisar o ambiente da instituição pesquisada neste estudo, percebeu-se o empenho das cuidadoras e equipe, em gerar um ambiente de provisão, capaz de reparar as privações vivenciadas pelos acolhidos em seus ambientes de origem.

As razões para o acolhimento dos participantes, desse estudo, como a ausência dos pais e condições de higiene precárias, coincidem com os resultados discutidos em outros estudos, que apontam a negligência como principal motivo para a institucionalização (Trivellato *et al.*, 2013; Altoé & Silva, 2013; Maciel *et al.*, 2017). Todavia, cabe aqui mencionar, o estudo de Mata, Silveira

e Deslandes (2017), que tece uma crítica interessante ao emprego recorrente do termo negligência. Segundo as autoras, o conceito costuma vir acompanhado de discursos que culpabilizam somente os pais, sobretudo de famílias com dificuldades econômicas, o que desencadeia o que elas chamam de criminalização da pobreza.

A chegada da criança a uma instituição de acolhimento é marcada pela tensão que emana da situação de privação e, na sequência, da separação abrupta dos cuidadores primários, vivenciada no momento da condução da criança até a casa-lar. Com o objetivo de atenuar o impacto durante esse processo, a instituição recepcionou de maneira afetuosa aos acolhidos e, ao longo da permanência na casa, construiu oportunidades para que as angústias relacionadas a esse momento pudessem ser comunicadas e superadas, da forma como recomendam as orientações técnicas para esse serviço (Brasil, 2009). A criança não compreende objetivamente o movimento de separação dos pais e acolhimento institucional, embora tenha alguma noção sobre. O sentido construído por ela, para essa experiência, está associado à restauração das relações familiares, sendo o desfecho almejado, a reintegração àquele núcleo familiar.

Observando a carência de pesquisas que discutem informações coletadas junto a crianças, entende-se que esse estudo, pôde contribuir para o preenchimento dessa lacuna, e para manter acesa a discussão sobre a inclusão de crianças como participantes de pesquisas, e para que o sentido construído por elas acerca de serviços destinados lhes diz respeito, seja seriamente considerado. As pesquisas publicadas recentemente têm proporcionado que se compreenda que esses riscos produzem consequências desastrosas na vida adulta, além de indicar que, o acolhimento de crianças desamparadas deve ser modernizado e se afastar cada vez mais da cultura da institucionalização (Patias *et al.*, 2017).

Diante de tamanha complexidade e incidência das razões que motivam o acolhimento institucional, como a violência intrafamiliar, a violência sexual, a negligência e o abandono, empreender pesquisas que busquem esclarecer essa problemática, colabora para a otimização desse serviço necessário. Com base nos resultados encontrados nesse estudo, percebeu-se o grau de importância existente, no processo comunicação entre equipe de trabalho da instituição e crianças acolhidas. Neste trabalho, o assunto foi discutido apenas de modo tangencial. Portanto, sugere-se que outros pesquisadores o abordem com maior profundidade. Discutir como tornar claro o processo de acolhimento, com linguagem e instrumentos adequados e, também, compreender o que a criança tem a comunicar com relação a essa experiência, certamente trará grandes contribuições.

### Referências

- Altoé, S., & Silva, M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica*, 18(1), 125-141.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Originalmente publicado em 1977).
- Barretta, J. P. (2009). O problema do sentido na psicanálise de Freud. *Winnicott e-prints*, 4(1-2), 1-17.
- Belo, F. & Scodeler, K. (2013). A importância do brincar em Winnicott e Schiller. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 91-109.
- Brasil. (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso: mar/2018.
- Brasil. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)>. Acesso: maio/2018.
- Brasil. (2009b). *Lei n. 12.010 de 03 de agosto de 2009*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)>. Acesso: mar/2018.

- Brasil. (2017). *Lei n. 13.509 de 22 de novembro de 2017*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm)>. Acesso: mar/2018.
- Castro, M. D. G. K., & Stürmer, A. (2009). Crianças e adolescentes em psicoterapia: a abordagem psicanalítica. Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, 117, 142-168.
- Figueiredo, J. G. D., & Aragão, E. M. A. (2013). Crianças e adolescentes acolhidos: história tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas. *Revista EPOS*, 4(2), 00-00.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública*, 24, 17-27.
- Freitas, M. C. (2016). Psicoterapia de crianças: o brincar como método de tratamento psicanalítico. *Multiciência Online*, 0(0), 114-133.
- Goldgrub, F. (2011). Significado significação sentido. *Psicologia Revista*, 20(1), 79-91.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38.
- Maciel, R. D. F. M., Teodoro, M. C., Alves, J. R., Ribeiro, L. M., Queiroz, L. G., & Serralha, C. A. (2017). Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. *Revista da SPAGESP*, 18(1).
- Mata, N. T., Silveira, L. M. B. & Deslandes, S. F. (2017). Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. *Ciências & Saúde Coletiva*, 22(9), 2881-2888.
- Mousinho, R., Schmid, E., Pereira, J., Lyra, L., Mendes, L., & Nóbrega, V. (2008). Aquisição e desenvolvimento da linguagem: dificuldades que podem surgir neste percurso. *Revista Psicopedagogia*, 25(78), 297-306.
- Oriente, I. (2004). Abandono e institucionalização de crianças significados e sentidos. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil, 2004. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1889>>. Acesso: mar/2017.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias: Uma reflexão teórica. *Psicologia & Sociedade*, 29.
- Pedroso, J. S., Lobato, C. P., & Magalhães, C. M. C. (2016). Brincar e realidade: verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 711-721.

- Rizzini, I. (1997). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rizzini, I. (2006.). *Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rosa, E. M., Santos, A. D., Melo, C. D. S., & Souza, M. D. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241.
- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Natureza Humana-Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, 19(2).
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1997.
- Trivellato, A. J., Carvalho, C., & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(2).
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde pública*, 39(3), 507-514.
- Vasques, R. C. Y., Mendes-Castillo, A. M. C., Bousso, R. S., Borghi, C. A., & Sampaio, P. S. (2014). Dando voz às crianças: considerações sobre a entrevista qualitativa em pediatria. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(4), 1016-1025.
- Weber, L. N. D. (2005). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.
- Werlang, B. G. (2000). Entrevista lúdica. In: J. A. Cunha *et al.* *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed, pp. 96-104
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1979). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1999). *Conversando com pais*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1993).
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1965).
- Zappe, J. G., Yunes, M. A. M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: Impacto do status socioeconômico e da institucionalização. *Pensando famílias*, 20(1), 83-98.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

As instituições de acolhimento, se manifestam enquanto Estado, com a pretensão substituir, quando isso se faz necessário, aos cuidadores primários, e ofertar um ambiente que seja suficientemente bom para que a criança em situação de risco, possa ser acolhida continue a se desenvolver. A proposta de conhecer e debater as particularidades desse serviço, considerando, de maneira especial, a própria criança, buscando compreender o sentido construído por ela, para sua condição de acolhimento, parece ter sido alcançada. O modelo de dissertação empreendido nesse trabalho, unindo dois estudos relativamente autônomos, contudo complementares, contribuiu para que se chegasse até um final exitoso.

A revisão integrativa apresentada na primeira parte do trabalho, favoreceu para que se pudesse conhecer a atual realidade da produção científica no âmbito do acolhimento, o que serviu como subsídio parcial para a construção do estudo empírico. Não obstante, com a sistematização e discussão dos dados obtidos, caminhou-se na direção de identificar evidências recentes que pudessem orientar aos que trabalham nos serviços de acolhimento. Notou-se que a qualidade do cuidado ofertado não alcança os níveis pretendidos, e que se faz necessário, assim como em outros setores públicos, como a educação e a saúde, que o serviço de acolhimento, seja contemplado com programas de educação continuada, objetivando suprir a carência de qualificação profissional.

O estudo empírico presente na segunda parte da dissertação, retrata a realidade da prática do acolhimento em instituições e suas peculiaridades. Foi possível, a partir dele, conhecer como esse universo é vivenciado pela criança acolhida, as fantasias e expectativas criadas por ela, para cada etapa do processo de acolhimento. A partir do relato da criança, identificou-se pontos que podem ser aprimorados, para que o cuidado ofertado seja de fato coincidente com as necessidades

do acolhido. Lembra-se que, não foi uma pretensão deste trabalho, que os resultados pudessem ser estendidos a qualquer circunstância de acolhimento institucional. Até pelo contrário, os resultados aqui obtidos, dizem respeito a personalidade de cada participante. Contudo, o que se pretendeu informar, é que há que se oportunizar que as crianças em situação de acolhimento, se comuniquem com a instituição, para que esta, por sua vez, possa adequar o seu cuidado, personalizá-lo, como previsto pela legislação, inclusive (Brasil, 2009b).

É fato que, promover essa comunicação, não raramente se configurará um desafio. Oferecer uma escuta qualificada, capaz de conhecer as necessidades da criança, que certamente estarão além de cuidados físicos, provocará a capacidade técnica do ouvinte, mas não somente. Um bom estado emocional, é condição *sine qua non* para que o cuidador consiga cumprir o seu papel, de ouvir com sensibilidade suficiente, para que se possa compreender as carências do acolhido e atendê-las a tempo. Para isso, o presente trabalho mostra que os modos de comunicação não direta, empreendidos pela criança na forma do brincar, são de valor inquestionável e contribuem significativamente, para o conhecimento do sentido dado pela criança, para a sua família de origem e para as vivências dentro da instituição.

O intuito essencial do trabalho, parece ter sido alcançado, ao passo que a vivenciada criança em instituições de acolhimento foi problematizada, bem como os sentidos produzidos por ela para essa experiência, e discutidos dentro de uma perspectiva teórica adequada, capaz de aprimorar as atuais e orientar novas práticas de cuidado infantil dentro das instituições. Este trabalho contribuiu também, mesmo que minimamente, para o preenchimento de uma lacuna científica, que diz respeito ao escasso número de pesquisa nesse âmbito, que consideram exclusivamente crianças como participante. Diante de resultados tão importantes, considera-se relevante, que novos trabalhos com crianças, sejam produzidos, partindo de outros pontos de vista.

## REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

- Altoé, S., & Silva, M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica, 18*(1), 125-141.
- Álvares, A. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia, 21*(1).
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. [Recurso eletrônico]: DSM-V. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed.
- Avoglia, H. R. C., Silva, A. M., & Mattos, P. M. (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Mal-estar E Subjetividade, 12*(1-2).
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Originalmente publicado em 1977).
- Barretta, J. P. (2009). O problema do sentido na psicanálise de Freud. *Winnicott e-prints, 4*(1-2), 1-17.
- Belo, F. & Scodeler, K. (2013). A importância do brincar em Winnicott e Schiller. *Tempo Psicanalítico, 45*(1), 91-109.
- Brasil. (1987). *Lei n. 7.644, de 18 de dezembro de 1987*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7644.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm)>. Acesso: maio/2018
- Brasil. (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso: mar/2018.
- Brasil. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf)>. Acesso: maio/2018.
- Brasil. (2009b). *Lei n. 12.010 de 03 de agosto de 2009*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)>. Acesso: mar/2018.
- Brasil. (2017). *Lei n. 13.509 de 22 de novembro de 2017*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm)>. Acesso: mar/2018.

- Brito, C. O. D., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413.
- Castro, M. D. G. K., & Stürmer, A. (2009). Crianças e adolescentes em psicoterapia: a abordagem psicanalítica. Porto Alegre: Artmed.
- Cavalcante, L. I. C., de Araújo, C. R., Góes, É. L. C., & Magalhães, C. M. C. (2014). Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: Comparando dois momentos. *Psicologia Argumento*, 32(76).
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & dos Reis, D. C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Corrêa, L. D. S., & Cavalcante, L. I. C. (2013). Educadores de abrigo: Concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309-317.
- Cruz, E. J. S., Cavalcante, L. I. C., & da Silva Pedroso, J. (2014). Inventário do Conhecimento do Desenvolvimento Infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP*, 15(1).
- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 142-168, Mar.
- Figueiredo, J. G. D., & Aragão, E. M. A. (2013). Crianças e adolescentes acolhidos: história tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas. *Revista EPOS*, 4(2), 00-00.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública*, 24, 17-27.
- Freitas, M. C. (2016). Psicoterapia de crianças: o brincar como método de tratamento psicanalítico. *Multiciência Online*, 0(0), 114-133.
- Goldgrub, F. (2011). Significado significação sentido. *Psicologia Revista*, 20(1), 79-91.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38.
- Junior, G. A. F., Melani, R. H., & de Carvalho, S. G. (2017). Transtorno de Apego Reativo em crianças institucionalizadas. *Psicologia Argumento*, 30(70).
- Maciel, R. D. F. M., Teodoro, M. C., Alves, J. R., Ribeiro, L. M., Queiroz, L. G., & Serralha, C. A. (2017). Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. *Revista da SPAGESP*, 18(1).

- Mata, N. T., Silveira, L. M. B. & Deslandes, S. F. (2017). Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. *Ciências & Saúde Coletiva*, 22(9), 2881-2888.
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Mousinho, R., Schmid, E., Pereira, J., Lyra, L., Mendes, L., & Nóbrega, V. (2008). Aquisição e desenvolvimento da linguagem: dificuldades que podem surgir neste percurso. *Revista Psicopedagogia*, 25(78), 297-306.
- Oriente, I. (2004). Abandono e institucionalização de crianças significados e sentidos. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil, 2004. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1889>>. Acesso: mar/2017.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias: Uma reflexão teórica. *Psicologia & Sociedade*, 29.
- Pedroso, J. S., Lobato, C. P., & Magalhães, C. M. C. (2016). Brincar e realidade: verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 711-721.
- Rizzini, I. (1997). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rizzini, I. (2006.). *Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, D. C., Guedes, G. C., Fernandes, L. M., & de Oliveira, J. L. C. (2016). Estigmas dos profissionais de saúde frente ao paciente obeso: uma revisão integrativa. *HU Revista*, 42(3).
- Rosa, E. M., Santos, A. D., Melo, C. D. S., & Souza, M. D. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241.
- Santos, W. A., Fuly, P. D. S. C., Santos, M. L. S. C., Souto, M. D., Reis, C. M., & de Castro, M. C. F. (2017). Avaliação do isolamento social em pacientes com odor em feridas neoplásicas: revisão integrativa. *Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963*, 11(3), 1495-1503.
- Serralha, C. A. (2016). *O ambiente facilitador winnicottiano: teoria e prática clínica*. Curitiba: CRV.
- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Natureza Humana-Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, 19(2).
- Silva, M. L., Arpini, D. M. (2013) O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3) p. 422-440.

- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1997.
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1 Pt 1), 102-6.
- Teixeira, P. A. S., & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, 27(1).
- Trivellato, A. J., Carvalho, C., & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(2).
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde pública*, 39(3), 507-514.
- Vasques, R. C. Y., Mendes-Castillo, A. M. C., Bousso, R. S., Borghi, C. A., & Sampaio, P. S. (2014). Dando voz às crianças: considerações sobre a entrevista qualitativa em pediatria. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(4), 1016-1025.
- Weber, L. N. D. (2005). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.
- Werlang, B. G. (2000). Entrevista lúdica. In: J. A. Cunha *et al.* *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed, pp. 96-104
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1979). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1979).
- Winnicott, D. W. (1999). *Conversando com pais*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1993).
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (2012). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1987).
- Zappe, J. G., Yunes, M. A. M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: Impacto do status socioeconômico e da institucionalização. *Pensando famílias*, 20(1), 83-98.